

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA
REALIZADA NO DIA 26 DE JUNHO DE 2019

Ata n.º 28

Aos vinte e seis dias do mês de Junho do ano de dois mil e dezanove, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:00 horas, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, por convocatória de dezoito de Junho, sendo a Mesa Composta por:-----

Presidente da Assembleia Municipal: Paulo Alexandre Figueiredo Freitas; -----

Primeira Secretária: Maria Eugénia Xufre Baptista; -----

Substituição Segunda Secretária: Maria Emilia Bexiga Santos Rodrigues Sousa;-----

e com a seguinte ordem de trabalhos:-----

PONTO UM: Tomada de posse de novos membros do Conselho Municipal de Segurança de Albufeira;-----

PONTO DOIS: Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art. 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;-----

PONTO TRÊS: Apreciação e deliberação da ata de 10-04-2019; -----

PONTO QUATRO: Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para fornecimento contínuo de equipamentos de proteção individual, para o município de Albufeira, para os anos de 2019/2021, com o valor base de 74.000,00€ + IVA;-----

PONTO CINCO: Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao procedimento por Ajuste Direto para a instalação da Fase 2 do Programa Comunitário de Desfibrilhação automática externa em Albufeira, até ao limite de 84.150,00€ + IVA; -----

PONTO SEIS: Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para impressão do Boletim Informativo, com o valor base de 140.000,00€ + IVA; -----

PONTO SETE: Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à Consulta Prévia para fornecimento de Mupis, Maxi Mupis e Outdoors - 2019/2020, com o valor base de 55.000,00€ + IVA; -----

PONTO OITO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de



Fevereiro, referente ao contrato de arrendamento para fins não habitacionais com duração limitada, destinado à instalação de um polo da Biblioteca Lídia Jorge; -----

PONTO NOVE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 3.ª Revisão do Orçamento para o ano de 2019, incluindo a 3.ª alteração ao Mapa de Pessoal; -----

PONTO DEZ: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 3.ª Revisão das Grandes Opções do Plano 2019-2022; -----

PONTO ONZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da revogação do Regulamento da Taxa Municipal de Proteção Civil do município de Albufeira -----

PONTO DOZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da não transferência de competências para a autarquia, no ano de 2019, na área do Transporte de Passageiros em Vias Navegáveis Interiores;-----

PONTO TREZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da não transferência de competências para a autarquia no ano de 2020 as seguintes áreas: Exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo; Estruturas de atendimento ao cidadão; Habitação; Estacionamento Público; Proteção e saúde animal e de segurança de alimentos; Educação; Cultura; Saúde; Transporte de passageiros em vias navegáveis interiores;-----

PONTO CATORZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da participação como investidor social no projeto "O Nosso Chão", no âmbito do aviso ALG-34-2019-02 - Programa de parcerias para o impacto; -----

PONTO QUINZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da desafetação de espaço do domínio público para o domínio privado, na zona da corcovada, Areias de São João - Proc. 267/77;-----

PRESENCAS: Paulo Alexandre Figueiredo Freitas (PSD), Francisco José Pereira de Oliveira (PS), Maria Eugénia Xufre Baptista (PSD), Bertílio da Conceição Cevadinha Matias (suplente PS), João Alexandre Sequeira Jorge da Silva (PSD), Ana Isabela da Palma Gordinho Almeida Ramos (PS), Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão (PSD), Fernando Vieira Vitória Cabrita (PS), Ana cristina Neves Pinto Oliveira (PSD), Pedro Ricardo Pires Coelho (PS), Vítor José Correia Maria Vieira (PSD), Óscar Agostinho Hilário (suplente BE), Maria Emília Bexiga Santos Rodrigues Sousa (PS), Renato José Martins Miguel Pimenta (CDU), Francisco Manuel Fernandes Guerreiro (PSD), Leonardo Manuel Teixeira Paço (PS), Rui Pedro Dâmaso Borges Gago (suplente PSD), Vera Lúcia Hilário Belchior (PAN), Gaspar Manuel Rocha Meirinho (PSD), Roberto Manuel da Silva Raposo (PS), Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo (PSD), bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Ferreiras - Jorge do Carmo, de



Paderne - Miguel Coelho, a Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Cristina Corado e o Secretário da Junta de Freguesia da Guia José Cabanita. --
Faltas: Fernando Gregório, Miguel Pinheiro, Helena Simões, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Dinis Nascimento e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Indaleta Cabrita.-----

Substituições: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, Bertílio Matias, Óscar Hilário, Rui Gago, José Cabanita e Cristina Corado.-----

Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Martins Rolo e dos Vereadores, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, Victor de Oliveira Ferraz, Rogério Pires Rodrigues Neto, Sara Luisa Ascensão Marques Carvela Serra e Cláudia Cristina Dias Guedelha. -----

Havendo quórum (**vinte e cinco presenças**), o Presidente da Assembleia deu início à sessão informando que a sessão irá ser gravada e transmitida em direto no canal Youtube.-----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:-----

Maria Jorge: "Boa noite, em primeiro lugar queria congratular-me com a Câmara Municipal. Venho falar sobre a transferência de competências, a qual a Câmara Municipal não tem aceite. Venho ler um documento sobre os professores do concelho de Albufeira, no que diz respeito à municipalização na educação. Eu sou professora, e passo a ler: *Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Presidente da Assembleia Municipal, vereadores da Câmara Municipal, membros da Assembleia Municipal, com o decreto-lei vinte e um de dois mil e dezanove, o governo pretende transferir para as autarquias importantes competências, mas também problemas que têm vindo a gerar frequentes e justos protestos, insatisfações de pais, alunos, trabalhadores não docentes e professores. Ao fazê-lo, o governo assume querer desrespeitar, sem garantias de contrapartidas financeiras, mas também alijando responsabilidades que devem pertencer ao governo e às escolas e agrupamentos. O governo pretende passar para as autarquias os problemas e dificuldades, mas simultaneamente um sem número de plataformas informáticas, que permite ao Ministério da Educação continuar a decidir e gerir tudo o que de mais importante nas escolas poderia contribuir para o sucesso educativo das crianças e jovens. A constituição de turmas, organização de horários, o apoio a crianças que dele*



necessitam, organização de estruturas intermédias de gestão, etc. Um acréscimo de responsabilidade dos municípios, num quadro de subfinanciamento poderia pôr em causa o direito universal de acesso a uma escola pública, gratuita e de qualidade. A demais, a pulverização da educação e do ensino, em função das opções seguidas e da disponibilidade de recursos existentes em cada município põe em grave risco o carácter universal do direito constitucional à educação. A experiência demonstra que a transferência para os municípios, da responsabilidade na área da educação, começou por ser acompanhada de montantes financeiros adequados, mas com o passar dos anos as autarquias locais foram abandonadas e confrontadas com acréscimos de despesas, que os recursos transferidos já não suportavam, levando o mesmo algumas a denunciar contratos, que tinham firmado. Assim, os professores e educadores abaixo assinados, em exercício nos estabelecimentos de educação, deste concelho, vêm apelar a que a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal, decidam recusar a assunção das responsabilidades de que o governo pretende descartar-se, ou retirar às escolas, reduzindo ainda mais a já parca autonomia que estas dispõem.” -----

Ana Vidigal: “Boa noite, congratular-me por saber que o Conselho Municipal de Segurança já teve uma reunião, quase passado dois anos na execução deste mandato, mas, efetivamente, já reuniu o Conselho Municipal de Segurança, pelo que, gostaria de saber, uma vez que levantei aqui algumas questões, se existem conclusões relativamente à realização e à conclusão desse mesmo Conselho Municipal de Segurança. Esta é uma pergunta para o senhor Presidente da Câmara, mas, naturalmente, também para os senhores deputados municipais, uma vez que, nessa mesma altura, foi aos senhores deputados municipais que interpelei relativamente a esta matéria. E uma vez que têm assento no Conselho Municipal de Segurança, cada uma das bancadas aqui presentes, gostaria de ouvir, como cidadã. Que pudessem falar um pouco sobre a realização deste Conselho e o que é que foi lá sugerido e proposto, pelas entidades e pessoas presentes. Por outro lado, gostaria de saber, para quando a realização também do Conselho Municipal de Educação, do Conselho Municipal de Turismo e do Conselho Municipal da Juventude. Naturalmente que todas estas questões, ouvi agora uma cidadã também falar, seria muito pertinente que todas essas situações fossem discutidas ao nível do Conselho Municipal de Educação, para que Albufeira pudesse, efetivamente, tomar uma posição melhor sobre estas matérias. Gostaria de saber se todas as situações aqui sugeridas, relativamente à mobilidade e



às condições de melhor mobilidade, para as pessoas portadoras de deficiência foram contempladas, se estão a ser contempladas? Chamo a atenção que, reparei que pelo menos num dos acessos a uma das praias, a de Santa Eulália, há uma casa de banho, que presumo ser pública, que não tem o acesso a pessoas portadoras de deficiência. Sendo que, nem sequer relativamente ao passeio, nem relativamente à distância, que medeia entre a praia e a localização onde assentou esta casa de banho pública, que tem o sinal para pessoas portadoras de deficiência. Fica no final do estacionamento e portanto qualquer uma das pessoas terá que se deslocar, com bastante penalização para o próprio até, aceder a esta casa de banho. Por outro lado, gostaria de perguntar aos senhores deputados municipais e ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, se quando a Câmara não dá resposta aos cidadãos que aqui interpelam relativamente a variadíssimas questões, se os senhores deputados municipais revisitam ou se têm algum procedimento para verificar todas as questões que aqui são postas. Se os cidadãos vêm colocar à Assembleia Municipal, certamente têm a expectativa que os senhores deputados municipais também questionem relativamente a estas matérias que aqui são colocadas, ainda que sejam colocadas ao senhor Presidente da Câmara. Portanto, saber quais são, efetivamente, os procedimentos e como é que os cidadãos podem contar convosco para obter as melhores respostas. Gostaria também de me congratular, pela aquisição de uma viatura de combate a incêndios para os nossos bombeiros. Ganham os bombeiros naturalmente, ganha a comunidade, a Câmara e a Assembleia Municipal cumprem o seu dever. Muito obrigada por esta aquisição e por a mesma ser posta e tão rapidamente ao serviço dos nossos Bombeiros Voluntários de Albufeira.”-----

Luis Viola: “Boa noite, há pessoas que há mais de vinte anos trabalham nas bancas, lá em baixo e hoje não têm lugar. Qual foi a escolha que fizeram para as pessoas que trabalham quase há mais de vinte anos ali, e hoje não têm lugar. Acho muito mau, pessoas já velhotas, que sempre estiveram lá em baixo, hoje não têm lugar.”-----

Dora Encarnação: Apresentou e leu documento. (Doc. n.º 1 anexo a esta ata)-----

Olimpia Sousa: “Boa noite, hoje recebi uma carta da Câmara, sobre uma carta que enviei, o assunto diz ocupação da via pública com venda ambulante, troca de lugar. Há aqui um erro, eu não pedi para trocar de lugar, mas como tenho dez dias para responder a esta carta, que foi a reunião de Câmara a treze de Junho de dois mil e dezanove. O teor da informação, “*informa-se que as ocupações foram atribuídas de acordo com a definição do procedimento concursal. As ocupações atribuídas no*”



procedimento, têm a duração de três anos, não sendo possível qualquer alteração. Mais se informa, que os vendedores deverão cumprir o regulamento das atividades de comércio a retalho e restauração, bebidas não sedentárias do município de Albufeira.”

E o que eu pergunto é, a minha irmã está à frente de quatro pessoas no sorteio, que concorreram a artigos que havia vaga e tiveram lugar. Desde o dia um de Maio, há dois meses e as pessoas continuam a vender aquilo que sempre venderam. E ela não tem lugar. Há dois dias atrás, foram quatro polícias municipais, duas carrinhas da policia municipal e levaram-lhe todo o material que ela tinha. Como é que é possível? Há uma senhora que concorreu para artigos de viagem e artigos de viagem são trolleys, é uma mochila de viagem, é um necessaire e a senhora continua a vender, há dois meses, o que sempre vendeu, carteiras, malinhas para criança, tudo menos artigos de viagem. Outra que concorreu para bijutaria, vende tricô, sapatinhos, imanes, flores para o cabelo, nada do que é bijutaria. Hoje, a senhora que já há muito tempo que não ocupava o lugar, uma senhora que tem um restaurante em Santa Eulália, ontem foi vender. A minha irmã montou as coisas na banca dela, foi vender o artigo dela, bijutaria que ela fazia, foi por isso que lhe deram o lugar. A senhora do lado, a D. Rosa, meteu-lhe todo o artigo que ela vendia, na banca dessa senhora do Nepal. Eu só quero perguntar ao senhor vereador o que é que se passa? Há pessoas que estão a trabalhar sem licença, a polícia municipal não vai, à minha irmã, estão a ir lá constantemente. Ela está a ser humilhada a toda a hora. Ela é uma pessoa doente, a minha irmã tem setenta e dois anos, há muito tempo que não a via chorar e agora todos os dias a vejo chorar. Mas o que é que se passa aqui? Porquê que uns têm direito e os outros não têm direito? Isto tem de acabar senhor Presidente. Desculpe, mas o senhor tem de resolver este problema. Ela tem quatro pessoas atrás dela, tem passado as maiores das vergonhas, gozam, com ela, até os próprios colegas que não gostam. É normal, há uma pessoa que não gosta de nós, vem sempre para aqui, tentar enrolar, para ver se ganha mais uns pontos a favor dela. Elas todas gozam com ela, riem-se daquilo que está a acontecer. Mas aqui não há justiça? Onde é que estamos a viver?”-----

Cristina Costa: “Boa noite a todos, eu sou essa pessoa que a minha irmã acabou agora de falar. Pergunto ao senhor Presidente e ao senhor vereador, o que é que me falta tirar? Porque já me tiraram tudo, até a minha dignidade. Tiraram-me tudo, naquela rua sou gozada por toda a gente, é uma humilhação constante. Cheguei a vir aqui à Câmara falar com o senhor Presidente e com o senhor vereador, para darem autorização, para



escreverem um papel para, pelo menos, poder trabalhar, porque o senhor Presidente e vereador mandavam-me ir trabalhar e eu ia, porque eu preciso de trabalhar e a polícia municipal chegava lá e dizia “você não pode estar aqui, têm de ir embora”. Disseram-me para ir ao fim de semana, que não há polícia municipal, eu ia ao fim de semana, mas chegava a segunda-feira, estava a montar a banca e já estava sempre a olhar para ver quando chegava a polícia municipal. Chegava essa minha colega e chamava a polícia municipal, fazia denúncia e lá vinha a polícia municipal. Eu tinha de ir embora. Na segunda-feira, quando cheguei à banca tinha essa senhora do Nepal, que não aparecia na banca desde trinta e um de Agosto de dois mil e dezoito. De domingo à noite para segunda pôs umas grades na banca dela, mostrei foto ao senhor vereador, com cadeados, de cima abaixo, como se aquilo fosse dela, a banca não é dela. Aquele é o lugar dela, mas aquilo é propriedade da Câmara. Vim aqui mostrar ao senhor vereador o que essa senhora fez, o senhor vereador disse para retirar, eu retirei, perguntei se ia ter problemas e ele disse que eu podia retirar, mas disse-me para ir trabalhar a partir das cinco da tarde. Eu respondi, *senhor vereador, está um dia nublado, as pessoas não vão para a praia, é um dia em que posso vender alguma coisa*. E arrisquei a ir para a banca, porque preciso de ir trabalhar. Já estive quase dez dias parada, sem trabalhar, não posso estar mais parada. Fui trabalhar, quando chega a polícia municipal, dois carros, a agente Ana virou-se para mim e disse, *Cristina, você tem dez minutos para tirar todo o seu material daqui, porque nós vamos apreender o material*. Eu disse, *mas são vocês que vão arrumar, porque eu não vou arrumar nada e cuidado, porque tudo o que está aqui está pago*. Eles levaram montes de tempo, apareceram os turistas, há um vídeo na net, não fui eu que o coloquei, foram turistas. Os estrangeiros estiveram todos de roda de mim, para saber o que se passava, os turistas portugueses viram a vergonha que se estava a passar na baixa de Albufeira. No concurso, houve pessoas que deram rendimento zero, está um senhor indiano, que deu dois ponto oitenta e nove de rendimento zero, que eu nem sei quanto é que é isso, que tem um funcionário a trabalhar com ele, tem um contrato, paga à segurança social a esse funcionário e paga-lhe setecentos euros. Como é que ele consegue fazer isso? Se ele paga setecentos euros ao empregado e tem um contrato com a segurança social, como é que é? Sabem como é que é? É porque quem está a explorar essa banca é o sobrinho dele, que tem quatro lojas na baixa de Albufeira. E eu, que não tenho mais nada, sou posta fora? Já sei que dia dois vai haver uma reunião de Câmara que estão a tentar resolver e eu



agradeço muito. E espero e tenho fé que vocês vão resolver esta situação. Porque senão é assim, eu sou uma pessoa doente e não vou responder por mim. Tomem atenção, para o senhor vereador, tomem atenção a essa senhora Rosa Almeida, que faz um complô com todos os colegas contra mim. Eu mais tarde vou meter essa senhora em tribunal, porque tenho duas testemunhas do que ela faz. Ela tentou influenciar esses dois meus colegas, contra mim, mas não teve hipótese. Foi aí que fui informada do que ela andava a fazer. Portanto, tomem atenção, senhor vereador, tome atenção a isso e resolva a minha situação. Aquilo é uma pouca-vergonha o que fazem ali, bancas horríveis, que está naquela avenida. Sempre pensei que fossem meter coisas como deve de ser, não têm cuidado nenhum, é lixo. O senhor vereador chamou-me a atenção, porque fiquei sem banca e tenho o meu carro onde guardo o meu material, um carro de ferro por baixo da banca. Coloquei umas correntes para que não andassem a passar com o meu carro pela baixa de Albufeira, como fazem com os caixotes do lixo. Os estrangeiros que vêm à noite bêbados, andam a passear com os caixotes, podiam fazer o mesmo com a minha banca. E eu coloquei umas correntes e o senhor vereador chamou-me a atenção, por causa de isso. Então e agora como é que é? E as gralhas que deixam lá, quando fecham as bancas? Cadeiras espalhadas, deixam lixo, vendem as coisas e deixam as caixas de papel debaixo das bancas. Isso não é mais vergonhoso? Eu não, tenho orgulho na minha banca e quando as pessoas passam na minha banca dizem que cheira bem. Pois cheira, porque eu lavo todos os dias o chão da minha banca. Sou a única, eu e a minha outra irmã, mais ninguém lava. Porque a Câmara não vai lá lavar, como era antigamente. Lavo eu, porque tenho orgulho de ser vendedora ambulante e gosto de estar a trabalhar num sítio limpo. Resolva o meu problema, por favor."-----

Antonieta Costa: "Boa noite, estou na mesma situação da Cristina, mas tenho estado a trabalhar. Mas estou sujeita a um colega, por acaso é outra gente, não é igual onde a Cristina está, ligar para a polícia municipal para eles irem lá e apreenderem-me tudo. É só isso que tenho a dizer, e a vergonha que se passou, aquilo foi vergonhoso. Os estrangeiros a tirarem fotografias e a filmarem, foi o maior escândalo de todos os tempos. Mas não foi a gente que o fez, foi as pessoas que viram. Não vale a pena falar mais, ter ficado sem banca, há quarenta anos, toda a gente me conhece. Não tenho banca, o senhor vereador diz que é porque eu não entreguei os papéis. Estou coletada com Albufeira desde setenta e nove, há quarenta anos."-----



Deolinda Graça: "Boa noite, o meu problema é outro, é a Rua da Oura, os bares. Tenho uma loja, em frente do bar Hot Shot e do Legends e vão buscar os clientes à porta da minha loja. Todos os dias é bêbedos a partirem as coisas, a entrarem por dentro da loja, perdidos de bêbados. Os dos bares começam a chamar as pessoas mesmo dentro das nossas lojas, desde o princípio da rua até cá em baixo. O ano passado já fui à polícia municipal, fiz queixa e não resolveram. A polícia municipal não passa lá uma única vez. Eu estou ali há trinta e dois anos e tenho de "mamar" com os bêbados a jogarem sapatos, andaram em cima do meu toldo. Não basta isso, os donos dos bares contratam estrangeiros para se porem à porta das nossas lojas a chamar os clientes, de braços abertos, a levarem ao colo para dentro dos bares. É o Hot Shot, o Legends, é aqueles bares ao pé da Tasca da Oura. A minha loja é mesmo em frente, ao lado do restaurante chinês. Não resolvem nada e o meu marido está a passar-se, eles ainda gozam com a gente. A gente manda-os sair e eles gozam, ainda anteontem uma estrangeira começou a gozar com o meu marido e eu é que tive de o levar, começou a dizer que ele é que era maluco e que ele não mandava na rua. Eles vêm à frente das nossas lojas, os bares que estão por cima eles não vão, é só mesmo nas lojas. Depois, quanto mais a gente diz para não virem mais eles vão. A polícia municipal não faz caso, eu já fui fazer queixa. Queria que resolvessem, pelo menos isso, que fosse a polícia municipal lá, pelo menos à noite. Mas tem de ser sem farda, porque se eles veem eles fogem. É na Rua da Oura, ao lado da tasca, é o Hot Shot, o Legends e os bares dali. Eles até metem as esplanadas no meio do passeio, quer dizer, a gente não pode pôr expositores, mas eles podem por esplanadas. Metem esplanadas, até mandam tiram os placares dos reclames, para meterem mesas. Os bares é que mandam ali na rua, eu já estou ali há trinta e dois anos e eles alugam um bar ou outro e depois mandam na rua. E gozam com a gente que já estamos ali há muitos anos."-----

Presidente da Câmara: "Relativamente à Maria Jorge, foi apenas uma constatação, uma opinião. A Dr^a Ana Vidigal, o Conselho Municipal de Segurança, efetivamente, já reuniu. O Conselho Municipal da Juventude está neste momento a ser constituído para depois vir a reunir, bem como o Conselho Municipal de Educação. Relativamente ao Conselho Municipal do Turismo ainda não está devidamente constituído. A casa de banho na praia de Santa Eulália vou mandar verificar quais são os problemas inerentes a esse acesso, a esse equipamento. O nosso objetivo, quando há obras, quando há alguma intervenção na via pública é fazer com que haja cada vez melhor mobilidade. Não pode ser tudo



feito de um momento para o outro, mas vai-se fazendo algumas coisas. Relativamente quanto áquilo que a Câmara pode ou não fazer, depois de ouvir os munícipes que apresentam aqui as suas sugestões, críticas ou reclamações, a Dr^a já passou por aqui durante vários anos, portanto sabe, certamente, como funciona. Sabe que nem tudo se conseguirá resolver no mesmo dia, mas não deixa de ser tomado nota e algumas questões serão, com certeza, resolvidas. O senhor Luis Viola falou que há vinte anos trabalha nas bancas, mas como sabe, isto foi objeto de um concurso público, que decorreu durante algum tempo. Desse concurso público as pessoas concorreram, baseado em determinados critérios que foram feitos. Foram recrutados e selecionados uns tantos vendedores e outros ficaram em suplentes. Neste momento, estamos a tentar resolver, e aí respondo, de alguma forma e depois passarei a palavra ao vereador Rogério, à Cristina, Antonieta e à Olimpia, a situação está em vias de resolução, na sequência do concurso público que houve. Os concursos públicos e um processo de avaliação, seja ele qual for, é sempre discutível, há pessoas que compreendem melhor, há pessoas que compreendem menos bem, no entanto, os critérios são sempre discutíveis. Se for um grupo de pessoas a elaborar os critérios de seleção de uma determinada situação serão feitos de uma maneira, se for outra pessoa a fazer serão feitos de outra, é sempre diferente. Não deixa de haver seleção e não deixa de haver todas as normas inerentes ao concurso público. Relativamente à Dora e ao Carlos, em relação à questão da casa, quero dizer que, com certeza, terá o executivo camarário cumprir a ordem do tribunal. Com certeza que não vão ficar sem casa, a Câmara Municipal terá que assumir e deverá assumir todas as responsabilidades. Não se pode, contudo, dizer que a Câmara Municipal cometeu uma ilegalidade. Porque, ainda hoje falando com o Dr^o Paulo Martins, ele já disse isso várias vezes, as mesmas situações, tal e qual, há uns anos havia as chamadas ponderosas do Protal. Mas no Protal novo deixou de haver as ponderosas. E esta casa foi construída com bases em ponderosas, com base em critérios aprovados pela Câmara Municipal e nenhum deles foi incumprido, estavam todos cumpridos. Portanto, isto depende da decisão de um determinado juiz, ou determinados juizes, que em situações idênticas, juizes diferentes tomam decisões completamente diferentes. A situação é a que é, não consigo resolver de maneira nenhuma, gostava eu que conseguisse resolver de outra maneira, mas com certeza que a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal, se for caso disso, terá que assumir as suas responsabilidades e resolver a situação e não



deixar que fiquem prejudicados por uma coisa que não tiveram culpa nenhuma. Isso, podem estar descansados, no aspeto de a Câmara cumprir aquilo que tem o dever e obrigação de cumprir, é só nesse sentido. Claro que não podem estar descansados, eu também não estaria. Relativamente à D. Graça, na rua da Oura, penso que nessas circunstâncias deverá chamar a Guarda Nacional Republicana e não a Polícia Municipal. Há pouco ficou sem resposta a Dra. Ana Vidigal, relativamente às conclusões do que se passou no Conselho Municipal de Segurança, ficou definido que se iria fazer duas cartas, no âmbito do reforço da Guarda Nacional Republicana, quer da brigada de intervenção, quer da brigada de fiscalização, ou de patrulhamento. Também um outro, no sentido de catapultar, cada vez mais a questão da vídeo vigilância, que é certamente uma boa forma de mover determinado tipo de desacetos que possam surgir na via pública. Dois dias depois recebi a Senhora Secretária de Estado da Administração Interna, onde foram apresentadas oralmente, mas agora vão por carta, todas estas petições. Soube há pouco que, relativamente à vídeo vigilância o Tenente Coronel, agora Comandante Distrital da Guarda Nacional Republicana, já solicitou uma reunião para que se possa reunir, no sentido de iniciar o procedimento do processo, para a colocação de câmaras de vídeo vigilância em algumas ruas, em algumas artérias do nosso concelho. O que vai fazer, com certeza, que haja uma vigilância mais apertada e certamente produzirá todos os seus efeitos. Chegou-se á conclusão, nessa mesma reunião que, haveria alguma deficiência, no sentido da emergência e socorro, relativamente à saúde, nomeadamente as ambulâncias do INEM, que não acompanham aquilo que a GNR normalmente faz. No verão, todos os anos quer reforçar um pouco os efetivos que tem no Algarve, o INEM não tem acontecido isso e deveria, quanto a mim, acontecer, da mesma forma. No caso de Albufeira, se temos setenta mil pessoas durante o inverno, temos quatrocentas mil durante Julho e Agosto, o que faz aumentar exponencialmente as necessidades e as intervenções quer dos bombeiros, da cruz vermelha e outras entidades detentoras de ambulâncias. Era bom que INEM proceda da mesma forma que o Ministério da Administração Interna, embora os reforços em unidade de GNR, não é, nem pouco mais ou menos, o suficiente para que tenhamos aquilo que podemos considerar uma boa vigilância. De igual modo, os serviços de estrangeiros e fronteiras, também não têm sido o reforço maior, segundo soube, foram colocados unidades desse serviço e depois foram deslocados para o aeroporto de Faro, nós aqui também precisamos deles."-----



Ndeye Magatte Gue: “Boa noite, tenho banca há oito anos, para trança e tatuagem. Este ano tenho lugar na Rua da Santana. A Rua da Santana para mim é muito pequenina, tenho problema no coração, já fiz uma operação ao coração, tenho problema de respiração crónica, a minha médica já fez uma declaração, não posso ficar aqui. Na Rua da Santana não se ganha nada, vinte e cinco dias sessenta e cinco euros, mais o stress, não tenho nada para pagar a minha renda, para ajuda da minha filha, vivo sozinha. Quero ajuda, por favor.”-----

João Encarnação: “Como o senhor Presidente disse, a casa do meu irmão da minha cunhada foi construída sobre ponderosas. O juiz não assume essa parte, isso é uma coisa que ao lermos o decreto de lei conseguimos entender. O que é que a Câmara fez para mostrar ao juiz que essas ponderosas estavam em vigor, na altura da construção da casa?”-----

Deolinda Graça: “O senhor presidente disse que quando eles estivessem lá na rua a chamar as pessoas, para eu chamar a GNR e não a polícia municipal, mas ainda ontem houve um caso lá e a GNR disse que não era com eles, que era com a polícia municipal. O vereador Rogério Neto, o ano passado deu-me umas folhas, para mostrar à polícia para quando passassem lá, só que eles não querem saber, eles dizem que isso não é com eles, que é a Câmara que tem de resolver o caso. Eles passam lá mas não fazem caso, eles vêm os ingleses nus e não dizem nada, viram a cara. Eles andam ali sem nada vestido, a correr de um lado para o outro e eles não fazem nada, viram a cara para o lado. Agora não sei, se hei-de ir à polícia municipal ou GNR.”-----

Ana Vidigal: “Senhor Presidente da Assembleia Municipal, desejava saber quando é que os senhores deputados se pronunciam ou não se pronunciam relativamente às questões que coloquei. Mas, pelo menos, saber se sim ou se não, se se vão pronunciar relativamente a algumas questões, para os quais foram interpelados e que me remeteram, efetivamente, da ultima vez para a realização da Assembleia. Essa é uma questão, a outra questão dirigida ao senhor Presidente da Câmara, porque há pouco não referir, mas relativamente a outra das questões que aqui coloquei e que tem a ver com a necessidade de informação nas paragens do GIRO, porque isso significa uma melhor imagem para todas as pessoas que nos visitam e para os nossos residentes. Para quando essas reparações, alterações e essas informações, sendo que até à data verifiquei que ainda nada foi feito.”-----



Presidente da Assembleia: "A Dr^a já foi vereadora nesta casa, conhece bem as regras e portanto, se estamos no período de intervenção do público, em primeiro lugar fala o público. Depois as questões são interpeladas ao senhor Presidente da Câmara, falará o senhor Presidente da Câmara. Os deputados terão palavra se eu lhes der. A seu tempo e no devido tempo, a intervenção e interpelação feita teria no mínimo esperado o fim da intervenção do público, mas a seu tempo terá a devida resposta. Queria deixar esta nota, também no devido momento."-----

Presidente da Câmara: "Relativamente às questões da Dra Ana Vidigal, das informações nas paragens do GIRO, está a ser alvo de iniciação do processo de abertura de novo concurso, que será totalmente diferente, onde serão inseridas muito mais informações e de uma forma muito mais sistemática do que tem acontecido até aqui. Em relação às ponderosas, foi o que disse, os critérios estavam lá, as regras eram aquelas e à semelhança de outras tantas que foram aprovadas, foi o que aconteceu."---

Vereador Rogério Neto: "Boa noite, vou responder a uma questão que foi colocada, no âmbito do meu pelouro, a Dra. Ana Vidigal levantou a questão sobre o sanitário para pessoas com mobilidade reduzida, que se encontra na praia de Santa Eulália, no parque de estacionamento. Para surpresa minha, já tomei nota e amanhã vou pedir para os serviços verificarem, porque este trata-se de um procedimento, que todos os anos se replica este fornecimento deste contentor que é colocado lá, para que a praia seja considerada uma praia acessível. E para espanto meu, já herdei isto de um pelouro anterior, pelouro esse que foi da Dra. Ana Vidigal, durante quatro anos. Sempre pensei que estava em conformidade, fiquei um pouco espantado e amanhã os serviços irão logo de manhã verificar se o respetivo sanitário não cumpre os requisitos necessários para que as pessoas com mobilidade lá possam ir. Agradeço imenso essa observação. Em relação à questão da venda ambulante, penso que é sempre repetir, em todas as Assembleias e penso que, conforme a D. Cristina aqui já disse, que a informei na segunda-feira de manhã, que tinha a proposta para reunião de Câmara na minha secretária, dia dois de Julho, uma solução para solucionar o seu caso e de mais alguns. Foi com surpresa que você aqui diz que a mandei ir trabalhar. Eu disse para você não ir trabalhar. A D. Cristina é a pessoa que mais reclamações fez sobre este concurso público na polícia municipal e aqui na Câmara, o que origina fiscalização por parte da polícia municipal. O que aconteceu foi que a D. Cristina não acatou a minha recomendação, para aguentar mais uma semana, desde que seja aprovado na reunião de



Câmara a atribuição do seu espaço para ir trabalhar, o qual, já disse publicamente, aqui na Assembleia, que acho que é bem merecido, em termos sociais e morais. Na questão do concurso, continuo a dizer, o concurso tinha regras, foram cem por cento respeitadas, cem por cento rigorosas e não houve nada à parte do concurso. Voltando à D. Olimpia, ela respondeu bem, ela recebeu um ofício com a deliberação de Câmara, porque quem decide a atribuição dos espaços é a Câmara, conforme está no regulamento. Tem os dez dias, no seu direito de audição, será novamente avaliado pelos serviços e a Câmara tomará depois uma decisão, se será a intenção de manter o indeferimento ou o deferimento. Para a D. Cristina já respondi, para a D. Antonieta vai a reunião de Câmara na próxima semana. Podia estar aqui a dizer novamente aquilo que já falamos em não sei quantas Assembleias, que as senhoras já cá vieram, se me falta responder a mais alguma coisa agradeço que peçam novamente a palavra ao senhor Presidente, que estarei disponível para vos responder."-----

Olimpia Sousa: "Só quero perguntar porquê que aqui na carta diz, *mais se informa que os vendedores deverão cumprir o regulamento das atividades*. Então, aqui quem está a fazer para que os vendedores não cumpram o regulamento é a própria Câmara. Porque as pessoas estão a vender aquilo a que não concorreram e continuam lá a vender. É porque a Câmara não está a fiscalizar."-----

Cristina Costa: "Na segunda-feira quando estive aqui a falar com o senhor vereador, ele mandou-me sim trabalhar, a partir das cinco da tarde, mandou-me trabalhar sim. Eu não sou nenhuma assassina, não ando a fugir de ninguém. A agente da polícia municipal, disse-me duas vezes, que havia um papel assinado por esta Câmara a dar autorização a outras pessoas que não têm licença, que estão a resolver, mas que têm um papel que podem trabalhar. Na segunda-feira, a mesma agente da polícia disse-me que foram enviados emails pela Câmara, a dar autorização a pessoas para trabalharem. Então, e a mim não me dão autorização porquê? O senhor Presidente disse-me que não podia dar-me autorização, o senhor vereador diz-me que não me pode dar autorização, manda-me ir trabalhar a partir das cinco da tarde. Eu vou trabalhar e à noite está frio, não anda lá ninguém, vou trabalhar como? Isso está mal. O senhor vereador não está a ser verdadeiro, enganou-me durante o inverno todo, andou sempre a enganar-me."-----

Ana Vidigal: "Apenas queria dizer que, relativamente àquele equipamento que está no estacionamento da praia de Santa Eulália, efetivamente, o acesso ao mesmo, eu não sei se o equipamento está em condições ou não porque não entrei no equipamento.



Preocupou-me, de facto, o acesso ao mesmo. Portanto, queria reforçar, que o acesso ao mesmo não permite que uma cadeira de rodas a ele aceda. Relativamente àquilo que o senhor vereador disse e com o devido respeito, eu não sei se está nas mesmas condições, o que é certo é que nunca recebi nenhuma reclamação. E como cidadã, agora venho dizer que essa situação me chamou á atenção. Assim como chamaram outras situações relativamente aos acessos para pessoas portadoras de deficiência."-----

Presidente da Assembleia: "Há aqui uma interpelação diretamente à mesa e aos senhores deputados da Assembleia Municipal, diz respeito à intervenção da Dra. Ana Vidigal, relativamente à questão da ausência de resposta aos assuntos que são colocados nesta Assembleia Municipal. Quando é interpelada a mesa, ou os senhores membros da Assembleia Municipal, será feita a resposta diretamente para quem interpela os assuntos à mesa ou aos senhores membros da Assembleia. No demais, as interpelações são feitas ao senhor Presidente da Câmara, que depois, se tivermos informação que não houve resposta, nós interpelamos a Câmara Municipal diretamente através dos serviços da Assembleia Municipal. No demais, se não tivermos informação que a resposta não foi dada, não podemos fazer mais do que isto. A Assembleia Municipal tem poderes próprios e competências próprias e como tal exerce-os, mas não os ultrapassa e não pode passar disso mesmo. Mais uma questão, referente à D. Dora Encarnação, dizer que esta Assembleia Municipal, não neste mandato, mas no mandato anterior deliberou o interesse municipal na questão da resolução do vosso assunto. Nem sempre a informação do que são as ações judiciais chegam à Assembleia Municipal, irei pedir à Câmara Municipal que remeta a informação pertinente para remeter aos senhores membros da Assembleia Municipal, para que da decisão que hoje nos informaram se possam aferir e tomar conhecimento."-----

Francisco Oliveira: "Não era para intervir nesta ordem, mas quero responder diretamente à Dra. Ana Vidigal, que me parece realmente uma interpelação fora de ordem. Porque a Dra. Ana Vidigal não só foi vereadora nesta Câmara Municipal, como é jurista. E sabe ler a lei, portanto sabe as competências ou a falta de competências que esta Assembleia tem. Vem aqui, interpelar da forma como veio a interpelar, como se eventualmente não tivesse conhecimento e quando cá esteve nada fez para que esta Assembleia Municipal tivesse mais poderes. É nesse sentido que lhe queria responder, olhos nos olhos."-----



Ana Vidigal: "Com o devido respeito, naturalmente, Dr.º Francisco Oliveira, sei quais são as competências da Assembleia Municipal e naturalmente as competências da Câmara. Convém, efetivamente, os cidadãos estarem mais conhecedores daquilo que são as competências dos vários órgãos e também da forma como podem obter mais rapidamente as respostas às suas questões e aos seus intentos. Não quis, de maneira nenhuma, confrontar o Dr.º Francisco Oliveira, nem pôr-me á sua frente para o olhar olhos nos olhos, porque não vou sair do meu lugar para o olhar olhos nos olhos e peço desculpa se efetivamente disse alguma coisa que o ofendi. Porque na realidade, a Assembleia Municipal e os seus deputados, com certeza que quererão responder aos cidadãos o mais rapidamente possível e sabendo, que é o caso que houve perguntas que não foram respondidas em tão pouco tempo, e ouvindo o senhor Presidente da Assembleia Municipal, pois estas perguntas que agora repeti novamente, espero que da próxima vez haja uma resposta mais concreta, relativamente às mesmas. Daí a minha interpelação, peço desculpa então de ter feito mais esta abordagem. Mas compete-me também, como cidadã, fazê-lo."-----

Francisco Oliveira: "Volto a dizer que foi pena que a senhora Drª. Ana Vidigal, enquanto vereadora, nada tivesse feito para alargar os poderes desta Assembleia Municipal, no sentido de poderem responder aos cidadãos."-----

Presidente da Assembleia: "Esta mesa tem feito tudo para que a informação e a comunicação chegue aos munícipes. Disso é o facto de, hoje estarmos a transmitir em direto, tudo aquilo que hoje é dito e que se passa. A segunda secretária Emilia, tem feito acompanhamento da comunicação e trazíamos já preparada uma nota informativa sobre a questão da portabilidade da captação de imagens para as Juntas de Freguesia, no sentido de conseguirmos descentralizar as reuniões. Vou passar-lhe a palavra para que faça o ponto de situação da questão da filmagem e transmissão das Assembleias Municipais."-----

Segunda Secretária: "A informação que foi fornecida pelos serviços baseia-se, sobretudo, na questão da deslocalização dos equipamentos para efetuar as filmagens fora deste espaço, que é o salão nobre. Foi remetido aos serviços municipais, para que pudessem tentar verificar, junto dos espaços que habitualmente são feitas as Assembleias Municipais, nomeadamente, as Juntas de Freguesia e no caso da Guia, o espaço onde habitualmente é feito, no salão desportivo da Guia. O que nos foi dito foi que terão de ser vistos os espaços e a sonorização do espaço em si, inclusive a ligação



da internet, para ver se os serviços da Câmara Municipal podem dar resposta, futuramente nas gravações, se eventualmente decidirmos fazer as Assembleias Municipais fora deste espaço. Daí, como foi solicitado há algum tempo atrás e como está já em curso as gravações em direto, não queria deixar de dar resposta a essa solicitação e manter que esta Assembleia fosse transmitida sempre que ela ocorresse dentro deste espaço ou fora dele. Daí solicitarmos aos serviços, qual será a possibilidade de, eventualmente, mantermos essa transmissão. Foi-nos dito que irá ser estudada a hipótese de a mesma ser feita, mas com algumas condicionantes. Aguardamos então, da parte dos serviços que nos remetam a resposta, se é possível ou não, posteriormente fazer essas gravações."-----

Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia deu início ao Período Antes da Ordem do Dia. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Francisco Oliveira: "Tenho várias questões para colocar ao senhor Presidente da Câmara, começando por uma que foi referida aqui pela senhora munícipe, sobre a Rua da Oura e relativamente ao problema que tem junto à sua loja. Devo lembrar, que já por várias vezes aqui referimos a necessidade de fazermos um regulamento municipal que permita às forças de segurança, eventualmente à polícia municipal, poder atuar em conformidade. Dou o exemplo, já dado várias vezes, de que Maiorca teve problemas tão graves quanto nós ou mais graves até, e fez um regulamento municipal que permitia que as forças de segurança possam lançar coimas, eventualmente apreender determinado tipo de situações, nomeadamente pessoas também, em algumas circunstância e que tem, não digo resolvido completamente, mas tem permitido a essas forças de segurança atuarem em conformidade. Começa a haver necessidade de encontrarmos esse tipo de soluções por via destes regulamentos. Portanto, deixava aqui ao senhor Presidente, penso que isso já foi informado no Conselho Municipal de Segurança, sobre a possibilidade de se fazer alguma coisa ou começar a fazer algo, sob pena de termos aqui um problema realmente grave e que começa a agudizar, porque não havendo uma repressão, não digo violenta, mas pelo menos uma sensibilização, sobre este aspeto, as coisas irão escalar, no sentido negativo. Outra das questões tem a ver com um problema que já teríamos colocado ao senhor Presidente, que falei com a CCDR e mesmo com a DGAL, sobre o problema existente com o limite das freguesias da Guia e



de Ferreiras. Parece ter havido um lapso, ou um erro, a Direção Regional do Território tem neste momento um mapa, que supostamente não é o correto e há duas formas de o fazer. Uma delas é a Câmara Municipal solicitar à CCDR esta alteração, ou eventualmente, um processo muito mais moroso, que é as Assembleias de Freguesia terem que declarar essas situações, ter que vir à Assembleia Municipal e demorará muito mais tempo. Mas, neste momento há de facto uma divergência com aquilo que foi publicado no Diário da República e com aquilo que, efetivamente, acontece, por lapso, por erro ou alguma razão que desconhecemos e está a prejudicar quer a Guia, quer as Ferreiras, no que diz respeito ao limite das freguesias. Outra questão, que me foi colocada hoje, mas que já é recorrente, tem a ver com a Quinta dos Álamos e com algumas situações de problemas de água e problemas de rotura, junto à Quinta dos Álamos. O que me foi referido é que há cerca de dois anos foram feitas obras, essas obras demoraram imenso tempo e desde aí essas obras ou qualquer intervenção têm levado a que na Quinta dos Álamos e naquela zona seja frequente a quebra ou as roturas relativamente às águas. Hoje, pelos vistos, estão desde as seis da manhã sem água. Um dos munícipes que me contactou disse-me que já nem do piquete lhe atendem, nem dão resposta. Portanto, é uma situação a verificar. Outro problema grave, que também me foi referido, tem a ver com a questão dos lixos, com a recolha de determinado tipo de lixo, nomeadamente, os verdes, ou mesmo até, a questão de existirem colchões, maquinarias e outro tipo de lixo mais pesados, que necessitam de ser recolhidos. Os contentores, muitas vezes, só são despejados de dois em dois dias ou de três em três dias e ainda não estamos no pico do verão, vamos estar daqui a poucos dias e neste momento já se vê estas dificuldades. Se calhar vamos ter um problema no verão, quando tivermos a descida, quer dos nossos compatriotas, quer dos turistas que vêm em força em Julho e Agosto. Alertava para esta questão, é um assunto que nós recorrentemente temos falado, sobre a opção que foi levada, mas isso é uma questão política, e depois seria debatida em outro fórum, por assim dizer, mas vejo com preocupação esta questão, de não estarmos ainda no pico e já termos estes problemas graves. Quanto às Juntas de Freguesia, em termos gerais, era só para deixar esta nota, de que as Juntas de Freguesia pretendiam ficar com todas as competências que por lei lhes podem ser atribuídas, mas a Câmara Municipal tem a possibilidade de dar ou não essas competências, conforme assim o entender. Uma das questões, que é levantada, muitas vezes pelo senhor Presidente e pelos vários



vereadores, é que às vezes não há pessoal para poder providenciar determinado tipo de serviços. As Juntas de Freguesia estão disponíveis para tomar essas competências e tentar fazê-lo. Sabemos, já é recorrente também, que as competências feitas, ou por uma Câmara Municipal, relativamente ao poder central, ou para uma Junta de Freguesia relativamente à Câmara Municipal, são muito melhor executadas, porque têm em atenção as necessidades dos munícipes. Alertava também, o senhor Presidente, para no próximo mês, que é o mês que terá para debater com os Presidentes de Junta, proceder, efetivamente, à delegação das competências que são necessárias, e, eventualmente, aos meios necessários para o efeito. Depois, dirigido à Assembleia e ao senhor Presidente, tem a ver com o problema que se levantou na última Assembleia Municipal, relativamente à questão da forma como os documentos são enviados e de poder haver um erro na informação. Basta olhar para a ordem de trabalhos de hoje e pelo menos quatro, dos quinze pontos, são de deliberação do senhor Presidente da Câmara. Presumo que nas anteriores Assembleias vários pontos tenham vindo também nesse sentido. Isso implica que, vamos ter de fazer, como o senhor Presidente aqui referiu, uma Assembleia para reaprovação, por assim dizer, destes pontos da ordem de trabalhos, que são nulos, bem como das deliberações em causa. Mais, vamos ter de alterar as atas, porque na verdade, essas atas vão ter de ser alteradas com as deliberações, não da Câmara Municipal, mas sim do senhor Presidente da Câmara ou do vereador, conforme a competência. Alertava o senhor Presidente, para a necessidade dos serviços, ou da mesa, ou da Câmara Municipal, poderem rever estas matérias. Falei com os vereadores que levantaram a questão, já fizeram algum trabalho, mas realmente é um trabalho que tem de ser feito e definido pela Câmara Municipal, para verificar esta situação."-----

Óscar Hilário: "Boa noite, os temas que me trazem esta noite dizem respeito à educação e ao arrendamento jovem. Acho que deveria haver, definitivamente, uma aposta na educação e a esse respeito gostaria de colocar duas questões. Tenho assistido a situações em que os equipamentos das escolas estão a ficar completamente obsoletos, situações em que a substituição de equipamentos, como por exemplo os quadros a giz, os ares condicionados continuam a não ser integralmente cumpridos. Eventualmente a substituição de alguns pisos no ginásio, que neste momento encontram-se em falta. Relativamente à outra questão, tive a oportunidade de ler o programa eleitoral do executivo, dois mil e treze dois mil e dezassete e constava em



dois mil e treze a criação de uma escola de hotelaria, que em Albufeira poderia trazer, de facto, uma mais-valia, face ao grande “boom” de turistas e à oferta hoteleira que poderia fazer face a uma mão-de-obra ainda mais qualificada e trazer mais competitividade ao concelho. Relativamente a dois mil e dezassete, foi proposto a criação de um polo do IEFP, que poderia, eventualmente também, trazer uma mais-valia, no intuito de qualificar os nossos jovens e menos jovens e gostaria de saber como está o ponto da situação em relação a isso. Outra questão prende-se com os fogos de arrendamento, a preços controlados, sobretudo para os jovens, no intuito de os conseguir manter no concelho. Gostaria de saber, uma vez que não estive presente nas últimas cinco sessões e julgo que nessa altura a situação tinha sido abordada e da leitura das atas não encontrei qualquer desenvolvimento.”-----

Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras: “Boa noite, relativamente ao assunto que foi levantado pelo Dr.º Francisco Oliveira, da freguesia de Ferreiras, eu gostava também de dizer o que acho sobre o assunto. Aquilo foi aprovado em Diário da República, ainda hoje estive a fazer um levantamento, com a colaboradora da Junta, onde estivemos a ver o recenseamento das pessoas que estavam na freguesia da Guia e passaram para a freguesia de Ferreiras, o primeiro recenseamento, tivemos a fazer um levantamento e essas pessoas agora estão em terreno que é da Guia. O que se chegou à conclusão é que a Guia não cedeu parcelas nenhuma às Ferreiras, como foi dito aqui numa Assembleia, pelo antigo Presidente de Junta, o senhor Fernando Gregório, ele disse que foi erro da Câmara. Gostava de saber se a Câmara já fez alguma coisa, porque até agora não fui contactado por técnico nenhum, nem por ninguém sobre este assunto. Isto já se vem arrastando, de dia para dia vamos perdendo eleitores e posso comprovar pelos cadernos eleitorais da altura. Os mapas estão desatualizados, houve um erro, um lapso de um funcionário da Câmara como foi dito numa das Assembleias. No terreno estão os marcos de delimitação das freguesias. Se temos mapas de delimitação de freguesias, foi aprovado aqui na Assembleia, já contactei várias pessoas em Faro, a Direção Regional do Território e já solicitei aos vereadores permanentes e não permanentes, já falei com a Câmara que precisava dessa ata e até agora ninguém me cedeu a ata para tentar resolver o assunto. É uma coisa que não tem lógica nenhuma estarmos a fazer, como o Dr.º Francisco Oliveira disse, o processo, uma vez que já está aprovado em Diário da República. Só estou a



pedir para que seja cumprida a lei, mas pelos vistos aqui em Albufeira é difícil de cumprir, é o que estou a achar."-----

Francisco Oliveira: "Outro assunto tem a ver com a questão colocada por este casal, que veio colocar o assunto relativamente à sua casa, só para dizer que, infelizmente, isto não é para que os senhores se sintam apoiados, por assim dizer, mas infelizmente não é caso único. Infelizmente a Câmara Municipal vai ter de se debater com estas questões, não só neste caso, como noutras. Portanto, parece-me que, eventualmente pode haver uma decisão de um juiz ou de outro, mas o que é facto é que vamos ter que passar por estas questões, mesmo até com edifícios de algum porte, em que eventualmente também se terá de proceder á demolição. Portanto, tem que se ter algum cuidado, hoje em dia as regras são diferentes, naturalmente é algo que não é único aqui no concelho e lamentamos profundamente a situação que os senhores estão a passar."-----

Ana Cristina Pinto: "Boa noite, queria referir dois assuntos. Em primeiro lugar, relativamente às afirmações feitas pelo Óscar, acho que não se deve generalizar. Porque o Óscar diz que nas escolas faltam, mas não faltam em todas. Há escolas com ar condicionado, há escolas que já não têm quadros a giz, portanto, generalizar não me parece que seja adequado. Certamente que há escolas que necessitam de equipamentos, porque estão a ficar obsoletos, naturalmente, mas não podem os generalizar. Em segundo lugar, queria dizer que, enquanto nascida e criada em Albufeira, confesso que já me incomoda a situação dos vendedores ambulantes. Estava a dizer ao meu colega de bancada que há duas ou três pessoas, que estão aqui presentes, que fazem parte do meu imaginário de criança, de vê-las a vender nas bancas. Acho que há duas situações que temos que ver. Para já, rever, eventualmente o concurso, não sei e sinto-me incomodada porque o aprovei. Outra situação e que tem sido referida várias vezes: questões que se prendem com eventuais faltas de legalidade, coisas que devem estar incorretas e que nós temos a obrigação de verificar. Acho que tem de haver fiscalização, evidente que uma pessoa que declara zero no IRS, desculpem lá, a pessoa viveu do quê? Do ar? Eu não vivo. Portanto, acho que há situações aqui, que devem ser avaliadas, com algum cuidado. Não percebo como é que há pessoas que toda a vida trabalharam nas bancas e agora não têm uma banca para trabalhar."-----



Francisco Guerreiro: "Boa noite, em primeiro lugar queria congratular-me com a presença deste casal, da Guia, porque sinto, também, eu como cidadão, como ser humano, o que eles têm passado estes anos todos. Por outro lado, queria referir que, tem sido debatido, raramente, nesta Assembleia, e esta Assembleia é constituída por muitos advogados. Pegando no que o Francisco Oliveira há pouco disse, que eu não concordo com aquela tese. Porque acho que a justiça funciona mal, não sou advogado. Se começarmos a refletir um bocadinho, passaram-se tantas Assembleias, falamos neste assunto, há outro, não conheço mais nenhum. O outro não sei em que estado está, a situação em que se encontra. Passam-se tantos anos e com tantos advogados que temos nestas Assembleias, nunca vi ninguém puxar por isto, debater isto a sério. Temos uma caso aqui, o outro caso falaremos depois, mas acho que já devíamos ter falado há muito e debatido isto mais seriamente. Eu conheço neste concelho várias ponderosas, se formos atrás disto, se o juiz pegar nisto tudo então deitamos dez, quinze ou vinte ponderosas abaixo. Acha que isto tem sentido? Não tem. Uma juíza manda no concelho? Os senhores é que são advogados, mas é a minha interpretação. Isto é uma vergonha, se fosse comigo não sei o que faria, palavra de honra. Se nós todos nos metermos na pele deles, se refletirmos um bocadinho, acho que chegamos a algum porto. O Francisco Oliveira estava a falar que há mais casos, só conheço o outro, não sei em que ponto está e o senhor Presidente é que poderá responder a isso e dizer qual é o ponto da situação. Meus caros amigos, muito obrigada por terem vindo, vocês merecem tudo, porque trabalharam para isso e agora estão a ver a vida andar para trás."-----

Francisco Oliveira: "Só para deixar uma nota, como disse o Francisco Guerreiro e muito bem, não é advogado e por isso não tem noção de que cada situação concreta é uma situação concreta. Esta questão de se dizer "as ponderosas" as ponderosas é uma situação genérica. Cada caso é um caso e é analisado em função daquele processo concreto. Não podemos generalizar, há muitas vezes a ideia de que o meu divórcio foi desta maneira, o seu também terá de ser. Nestes casos concretos são analisados caso a caso. Eu desconheço o processo em si, desconheço a forma como foi tomada a decisão, que documentos é que suportaram esta decisão ou não. Portanto, generalizar como o Francisco está a fazer é incorreto. É muitas vezes a ideia que há, das pessoas generalizarem e terem uma noção de que todos têm de ser resolvidos desta maneira. Infelizmente, para este casal os juízes entenderam, mal ou bem não sei, porque não



tenho conhecimento do processo, entenderam não dar razão. Portanto temos que lamentar, infelizmente é assim.”-----

Presidente da Câmara: “Relativamente ao Francisco Oliveira, quanto ao comportamento das pessoas na via pública, quero dizer que informei no Conselho Municipal de Segurança que já tínhamos em andamento a questão da elaboração de um código de conduta, para que à semelhança daquilo que está nesse arquipélago Espanhol. Relativamente à questão dos limites das freguesias da Guia e Ferreiras, quero dizer ao senhor Jorge do Carmo, que diz que parece que Albufeira é difícil de cumprir a lei, não é lei. A lei tem que se cumprir, obviamente que sim. Pode ter a certeza que aqui cumpre-se a lei, contrariamente àquilo que afirmou. Os serviços do departamento de planeamento e gestão urbanística estão a trabalhar neste sentido. Um dia destes devemos ter novidades nesse campo. As ruturas na Quinta dos Álamos, acontecem ruturas, como já foi falado aqui há algum tempo, aconteceu mais uma hoje, mas certamente já está reparada. A recolha dos resíduos sólidos, quero dizer que esta empresa é uma empresa nova, tomou conta no dia um de Maio. Não tem ainda o contrato assinado, uma vez que o concurso está em tribunal, não podendo conseguindo desde logo fazer os investimentos inerentes ao próprio contrato. Porque não se sabe qual é a decisão do tribunal, que tarda em aparecer. Temos de ir vivendo, um pouco, no fio da navalha, como se costuma dizer. Relativamente às competências das juntas de freguesia, dizendo desse modo que as juntas de freguesia querem todas as competências, não me parece ser muito lógico e racional, essa conclusão. Acho que sevem ser refletidos e não dizer que querem todas as competências. Tudo depende, não haverá grandes condições, se a Câmara alega que não tem capacidade para ter as competências todas que os ministérios ou a administração central quer passar para as câmaras, todas as câmaras do país em geral, a grande maioria não recebeu competências nenhuma, e no Algarve isso aconteceu, portanto não somos únicos. A lei está feita de tal maneira que, em dois mil e vinte e um, independentemente das autarquias quererem ou não quererem elas têm que vir obrigatoriamente. Mas até lá, temos mais algum tempo de preparação, não deixa com isso de acontecer determinado tipo de protocolos com o Ministério da Saúde, no âmbito da medicina dentária e higiene oral, através de um protocolo a celebrar, que ainda hoje assinei com o Presidente da ARS. Uma outra, na área da cultura, no âmbito de alguma reconstituição do Castelo de Paderne, uma vez mais uma intervenção, que a Câmara entrará com



verbas. A Guarda Nacional Republicana, temos um protocolo e vamos fazer um contrato de programa, no sentido de construir um quartel da GNR em Olhos de Água. Há pouco o Óscar falou na questão do IEFP, estamos a tratar, já temos o ultimado o protocolo com o instituto de emprego, precisamente para localizar esse centro do IEFP em Ferreiras, numas instalações municipais. Há aqui um conjunto de protocolos e de parcerias entre os vários ministérios e as várias direções regionais, que não sendo competências do próprio município, no fundo acabam por ser algumas delas. "-----

Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras: "Queria pôr outra questão ao senhor Presidente, temos um caminho cortado há cerca de seis meses, no Poço das Canas, era para saber se a Câmara já tinha feito alguma diligência para o caminho ser aberto, visto que temos baixo assinados entregues na Câmara, temos parecer da Direção Regional do Território. Se não é competência da Câmara que me informassem, para tentar resolver, fazer diligências, dentro das entidades competentes. Porque causa transtornos às pessoas e é um caminho que sempre existiu lá, desde mil novecentos e sessenta, que a Direção Regional do Território nos enviou esses dados. Mas uma coisa é certa, o caminho continua cortado, sendo que pessoas dessas habitações próximas, pessoas de idade, estive lá com alguns vereadores não permanentes, na casa desse senhor, eles podem testemunhar isso, que esse senhor disse que se isso fosse quando ele era mais novo o caminho já estava reaberto. Uma coisa é certa, o caminho já foi cortado duas vezes, da primeira vez reabriram logo, da segunda cortaram e nunca mais foi reaberto. Tem acesso a uma fábrica de mármore, que passava por esse caminho e deixou de passar, temos um baixo assinado dos moradores da zona e temos os pareceres da Direção regional do Território a dizer que o caminho já existe desde mil novecentos e sessenta. Era para saber se a Câmara já fez algumas diligências ou se continua por abrir."-----

Presidente da Câmara: "O senhor Presidente deve saber que o caminho continua fechado, acho eu, sabe melhor que eu, está mais perto. No entanto, já lá estive na semana passada e vi, com alguns técnicos da Câmara, que realmente o caminho estava fechado e iremos desenvolver todos os esforços para que seja reposta a legalidade. Não sei qual é a legalidade mas vai-se perceber qual é, há de se chegar lá."-----

Presidente da Assembleia: "Relativamente à questão da intervenção do Drº. Francisco Oliveira, no que diz respeito à mesa, a mesa já pediu à Luisa que fizesse a revisão de todas as convocatórias, ordens de trabalho. Estamos a fazer, juntamente com os



senhores vereadores que levantaram a questão, para fazer o apuramento do que tem de ser retificado e depois a Assembleia Municipal, como é de praxe e responsabilidade, assegurará a retificação do que for para o fazer e como for.”-----
Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia deu a palavra à Primeira-Secretária para fazer a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. A correspondência fica acessível a todos os digníssimos membros, para consulta, no gabinete da Assembleia Municipal. -----
Presidente da Assembleia: “Uma informação, hoje estive em contacto com a CCDR, relativamente à questão da comunicação, que recebi pessoalmente um email sobre o Portugal 2020, com uma mostra dos projetos aprovados e das oportunidades sobre o âmbito do Portugal 2020. Falei com o José Graça e pedi que essa informação nos fosse comunicada diretamente, porque enviarem-nos hoje para o evento ocorrer amanhã, em Lisboa é vir contra tudo aquilo que temos preconizado em termos, quer das oportunidades de investimento, quer no que diz respeito a sabermos o que foi feito. O José Graça comprometeu-se comigo, a remeter diretamente para a Assembleia Municipal, para remetermos aos membros da Assembleia Municipal. Aconteceu também o encontro dos Presidentes das Assembleias Municipais em que ocorreu em Lagoa e o tema escolhido foi a regionalização, daí saiu uma série de conclusões que penso que tenham chegado a todos os membros da Assembleia Municipal. Foi decidido que, a tempo, seria remetido a cada Assembleia Municipal, para que fizessem suas essas próprias conclusões. Será numa próxima Assembleia, tomaremos antes, como reunião de líderes, para trazermos à Assembleia Municipal para que opinemos sobre a questão das conclusões. Como saberão, o orientador desta matéria é o Professor Pimpão, o Presidente da Assembleia Municipal de Loulé.”-----

ORDEM DO DIA

PONTO UM

Tomada de posse de novos membros do Conselho Municipal de Segurança de Albufeira; O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Foi feita a tomada de posse dos novos membros do Conselho Municipal de Segurança. -

PONTO DOIS

Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art. 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;-----



O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Pedro Coelho: "Boa noite, gostaria de levantar três questões, quanto à informação do senhor Presidente. A primeira, relativamente o PUCA, na Assembleia anterior, a qual houve uma informação para apreciação, referimos a necessidade de fazer referência ao PUCA. Continua a estar omissa essa informação, daí a pergunta, em que fase estamos da implementação das unidades de execução deste Plano de Urbanização, uma vez que essas unidades de execução têm em si, quase todas, se não todas, habitações a custos controlados, uma matéria da qual o concelho muito necessita. A segunda questão, ainda no âmbito do ordenamento, a questão do PDM. Também nessa Assembleia última, onde foi apreciada a informação de Abril, o senhor Presidente referia que iria existir uma sessão de esclarecimento dirigida à Assembleia, no sentido de informar os trabalhos de diagnóstico, que foram já executados pela equipa do PDM. A pergunta é se já está calendarizada essa sessão? Por fim, a questão ao nível da prestação de serviços e contratação pública, a questão da recolha dos resíduos. O senhor Presidente há pouco já esclareceu alguns aspetos. Quando analisei a informação, havia a referência a uma prestação de serviços, para dois meses. A pergunta, face ao esclarecimento que deu à pouco, colocar a questão de longo prazo. Isto é, qual é a perspetiva de longo prazo que teremos para este serviço? Dois meses, já se estão a esgotar, provavelmente devem estar a ser feitos novos procedimentos, mas novos procedimentos até quando? Qual é a perspetiva? Acho que é bom perceber essa questão, porque é um serviço para ganhar qualidade, que é o que não se está a demonstrar, precisa de sustentabilidade, precisa de durabilidade, precisa de tempo para conseguir executar este serviço de limpeza e resíduos, com qualidade, porque é necessário fazer investimentos e eles, com estes contratos de curta duração não podem ser feitos. Não posso deixar de dizer que, esse é exatamente o risco, é a vulnerabilidade de um "outsourcing" deste género. Estamos há um ano com um contrato que chegou ao fim, um contrato que está quase a iniciar, que não inicia e está aqui espelhado tudo isto que temos vindo a discutir em algumas sessões, a vulnerabilidade deste sistema de outsourcing, muito significativo, de cinco milhões ao ano, por ser muito significativo não corre bem, porque há muita dificuldade, depois na concretização dos contratos, estamos aqui a ver. O município deveria ter uma



estrutura municipal que assegurasse exatamente estes serviços essenciais, que não estão a ser assegurados."-----

Francisco Oliveira: "Olhando para a informação do Presidente, duas questões que gostaria de colocar. A primeira que, felizmente, para outros infelizmente, continuamos a ter um saldo na tesouraria bastante confortável, na ordem dos setenta e oito, setenta e nove milhões de euros. É bom saber que a autarquia tem este valor, mas também era bom saber que há planos e projetos para que muitas das coisas necessárias em Albufeira sejam devidamente tratadas. Retomando uma outra situação, que o senhor Presidente disse há pouco e gostaria de ouvir uma explicação do senhor Presidente, referiu há pouco, sobre a delegação de competências, que um dos problemas é a inexistência de pessoal e poderá não haver pessoal para as competências que o governo quer transmitir. No entanto, verifico que, entre vinte e seis de Março e cinco de Junho de dois mil e dezanove foram contratadas dez pessoas e saíram vinte e uma. O que quer dizer que a este ritmo, dentro de pouco, se não reforçarmos os pedidos de novos concursos para contratar pessoas, vamos ter uma dificuldade que é em dois mil e vinte e dois mil e vinte e um, em que nos será imposto a necessidade de assumir este tipo de obrigações por parte do Governo Central, o que é que iremos fazer? É nesse sentido que verificamos aqui alguma preocupação, ou por parte do senhor presidente, existirem planos, no sentido de colmatar esta saída, ou esta transferência, relativamente aos funcionários."-----

Presidente da Câmara: "Às questões colocadas pelo Pedro Coelho, dizer que o PUCA ainda não teve evolução desde aquilo que falamos na última Assembleia. Irei falar com o diretor de departamento desta área para trabalhar sobre isso. Relativamente ao PDM já contactei com o responsável da empresa que está a elaborar o PDM, que ficou de agendar uma reunião, espero que seja durante o mês de Julho, antes das férias de Agosto. Relativamente á recolha e limpeza urbana, é como disseste, para que um contrato tenha a sua sustentabilidade e ser eficaz precisa de tempo e não pode ser com dois, quatro ou cinco meses que seja. Como já disse há pouco foram interpostas ações em tribunal, que suspenderam o procedimento. Daí que teremos que andar, tomara que seja o mais rápido possível, através de ajustes diretos, três meses no máximo, porque a qualquer momento pode surgir a sentença do tribunal. Faço lembrar que após a sentença do tribunal teremos que contar com recursos, terá de haver, depois, a assinatura do contrato e o envio do contrato para o Tribunal de Contas e o



visto do Tribunal de Contas. Há aqui um limite mínimo e um limite máximo de tempo que isto poderá funcionar. Gostava eu que fosse o mais depressa possível, tendo em conta a urgência da situação. Nesta altura e cada vez mais se nota, com a quantidade de pessoas que vão estar no concelho e nos concelhos do Algarve, nota-se perfeitamente que há um aumento de produção de resíduos. Olhando para o lado, passando por todos os concelhos do Algarve, que tenham oportunidade de verificar, em todo lado, independentemente de ser por outsourcing ou através de meios próprios, em todo lado há situações, como o Francisco Oliveira disse há pouco, colchões velhos junto dos contentores, os verdes, há em todo o lado. Não podemos pensar que tudo o que é outsourcing é mau e tudo o que não é outsourcing é bom, não é bem assim. Não está ainda encontrado um modelo ideal, acho que nem existe. Para agudizar isto, temos um problema da Algar, que desde que foi privatizada a situação parece estar pior e a recolha faz com que não sendo recolhida e todos os cidadãos vendo caixas de papel junto aos contentores, vendo garrafas de vidro junto dos contentores, vendo garrafas de plástico junto dos contentores, o primeiro alvo a atingir é a Câmara Municipal. Essa recolha e limpeza é da responsabilidade da Algar, que está com grandes deficiências de trabalho. Essa é muito mais preocupante, mas evidentemente que é tudo preocupante, mas é uma daquelas situações que nós temos menos hipóteses. Neste momento está uma ação em tribunal, que a Algar meteu a ERSAR em tribunal, só para verem como estão as situações, nada amistosas e nada simpáticas. O Francisco falou no saldo de tesouraria, é o que é, vai-se recebendo e vai-se pagando, vai oscilando. Depende, neste momento não será os tais setenta e oito milhões, mas talvez uns setenta e quatro. Há de haver obras que vão desgastando este saldo. Relativamente à transferência de competências, já falei da questão do pessoal, entraram dez e saíram vinte e um sim, é preocupante, mas digo sinceramente, há situações em que não conseguimos que ninguém concorra a determinado tipo de categorias. Por exemplo, motorista é quase impossível contratar motoristas, porque os motoristas a grande quantidade que possam ter essa profissão andam a conduzir os transferes, com ordenados superiores e com condições de trabalho melhores, ou mais simpáticas para o próprio trabalhador. Se não há possibilidade de contratar temos de ter um plano B, que é contratar fora, é a única hipótese. É preocupante outra coisa, há dias abriu-se concurso para a empreitada da igreja matriz antiga, no chamado quintal,



e o concurso ficou deserto e é uma obra de um milhão de euros. Tornar-se-á uma obra difícil não é obra muito específica, mas é sintomático de alguma coisa.” -----

Francisco Oliveira: “Compreendemos todas estas dificuldades, mas uma das questões que temos sempre alertado é que para situações destas tem de haver um planeamento, tem de haver uma perspetiva de um plano B, ou de um plano C, é sempre isso que temos vindo a referir. Com a necessidade de haver programação, porque mesmo quando elas estão programadas às vezes há imponderáveis, portanto, sabemos que assim é. Já percebemos, pelo aquilo que o senhor Presidente nos tem dito, que esta solução de abrir concursos, em determinadas áreas, acaba por não funcionar, porque ficam desertos. Portanto, há que tentar arranjar soluções para aquilo que sabemos que frequentemente e recorrentemente acontece, que é ficarem desertos e nada podemos fazer. É nesse sentido que alertava, mais uma vez, para aquilo que temos vindo a dizer, relativamente à discussão de planos e de projetos, que têm de ser feitos com algum tempo. No caso dos lixos, naturalmente que deveríamos ter contado com isso, porque sabemos que há impugnações, sabemos que há recursos, sabemos que há concorrentes que não ficam satisfeitos, portanto isso pode atrasar a adjudicação final. Nesse aspeto ter-se pensado, com algum tempo, obstar que isto pudesse vir a acontecer.”-----

Pedro Coelho: “Concordo com as justificações que deu, mas isso leva-nos exatamente à seleção, pegando nas palavras do Francisco, os bons exemplos que deu. Houve uma concessão que foi privatizada, a Algar nunca mais funcionou bem, como funcionava até essa data, dois mil e quinze. As questões estão nesse processo que referiu, que opõem a Algar ao regulador, neste momento as questões estão a ser tramitadas, vamos ver de que lado está a razão e por ventura, o regulador vai ganhar e vamos ver que é exatamente a questão do modelo. Vamos à questão da mão-de-obra, temos de ter uma economia de mercado, assim dita as regras, da oferta e da procura, se há muita procura por mão-de-obra, vamos ter de pagar mais, em determinados contextos, neste caso, o contexto de Albufeira. Obviamente, uma empresa neste setor dos resíduos vai sofrer dessa dificuldade, como o serviço municipal também sofre. Mas se tivéssemos uma estrutura com uma empresa municipal tínhamos outra capacidade. E, como o Presidente referiu, que não há um modelo que seja o melhor, o benchmarking do regulador assim mostra. Mostra que os concelhos que têm empresas municipais tem melhor benchmarking. Há concelhos pequenos que conseguem fazer a administração direta, a certa altura, com certas dificuldades ou não conseguem e têm de saltar para



outra estrutura. A questão do outsourcing tem os riscos que temos aqui em cima da mesa, terá sempre. Porque estará sujeito às vulnerabilidades de mercado e a Câmara não tem capacitação, essa é a questão principal. A Câmara fica sem capacitação interna dos serviços. Neste momento, estamos há um ano a atravessar uma falta de capacitação, em termos tecnológicos, viaturas e em termos humanos. Vamos ver, quanto tempo vamos demorar a resolver esta situação. Esperemos que não seja muito longa, para penalização do concelho, da imagem turística e da qualidade de vida, mas não sabemos, poderá demorar um ano, vamos ver."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte.-----

PONTO TRÊS

Apreciação e deliberação da ata de 10-04-2019; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: zero (00) -----

Votos a favor: dezanove (19) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Emilia Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Rui Gago, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Serôdio, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A ata foi aprovada por unanimidade dos presentes na referida sessão. -----

Não estiveram presentes na referida sessão os membros Ana Cristina Oliveira, Bertílio Matias, Óscar Hilário, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira Olhos de Água e Secretário da Junta de Freguesia da Guia pelo que não votaram -----

PONTO QUATRO

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para fornecimento contínuo de equipamentos de proteção individual, para o município de Albufeira, para os anos de 2019/2021, com o valor base de 74.000,00€ + IVA; -----



O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Bertílio Matias, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Óscar Hilário, Emilia Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Rui Gago, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Serôdio, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água e Secretário da Junta de Freguesia da Guia.--
A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO CINCO

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao procedimento por Ajuste Direto para a instalação da Fase 2 do Programa Comunitário de Desfibrilhação automática externa em Albufeira, até ao limite de 84.150,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Bertílio Matias, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Óscar Hilário, Emilia Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Rui Gago, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Serôdio, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água e Secretário da Junta de Freguesia da Guia.--
A proposta foi aprovada por unanimidade.-----



PONTO SEIS

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para impressão do Boletim Informativo, com o valor base de 140.000,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Francisco Oliveira: "Só uma mera questão de valor. Naturalmente que isto é um concurso público, como aqui refere, mas achamos que é um bocadinho exagerado, cento e quarenta mil euros, para um ano e meio, para um boletim informativo. É um concurso público, terá que reger, mas estamos a falar de oitenta mil euros por ano, para um boletim informativo."-----

Renato Pimenta: "Boa noite, a situação que queria propor, quanto ao boletim informativo, nada temos contra o valor que foi proposto, ao contrário do PS, é que deveria ser atribuído um espaço para as forças políticas representadas na Assembleia Municipal, para disporem as suas posições. Acho que era uma coisa que vinha complementar o boletim informativo, bem como as deliberações da Assembleia Municipal deveriam lá ficar plasmadas. Acho que isso iria enriquecer a publicação. Essa proposta vou fazê-la chegar, depois, por escrito."-----

Presidente da Assembleia: "Faz todo o sentido, nós na segunda-feira iremos reunir com o Presidente da Câmara e com o serviço correspondente para ver dessa possibilidade. Saber qual é o espaço que nos poderá ser disponibilizado para fazermos chegar à Assembleia Municipal e depois tomarmos posição sobre isso."-----

Presidente da Câmara: "São opiniões e quanto à proposta, terá que ser analisada."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Bertílio Matias, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Óscar Hilário, Emilia Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Rui Gago, Vera Belchior, Gaspar



Meirinho, Roberto Raposo, Rui Serôdio, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água e Secretário da Junta de Freguesia da Guia.--
A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO SETE

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à Consulta Prévia para fornecimento de Mupis, Maxi Mupis e Outdoors - 2019/2020, com o valor base de 55.000,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Francisco Oliveira: "Gostaria de perguntar, estes mupis, maxi mupis e outdoors destinam-se a publicitar eventos da Câmara ou outro tipo de situações? Qual o objetivo relativamente a este tipo de comunicação?"-----

Presidente da Câmara: "Precisamente eventos que a Câmara organize per si, ou em parceria com outras entidades. Por exemplo, Cross das Amendoeiras, Fim do Ano, Paderne Medieval, uma série de coisas que normalmente vão aparecendo, o orçamento participativo."-----

Francisco Oliveira: "Só digo isto porque, muitas vezes, no que diz respeito a atribuição de subsídios, há subsídios que são atribuídos com valores relativamente a comunicação e informações. Portanto, era no fundo, para desmembrar essa situação, ou seja, havendo este tipo de informação, publicidade, por parte destes mupis, é natural que depois os subsídios que são considerados, relativamente a certas entidades não incluam este tipo de serviços."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Bertílio Matias, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Óscar Hilário, Emilia Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Rui Gago, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Serôdio, Presidente da Junta de Freguesia de



Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água e Secretário da Junta de Freguesia da Guia.--
A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO OITO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao contrato de arrendamento para fins não habitacionais com duração limitada, destinado à instalação de um polo da Biblioteca Lídia Jorge; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Renato Pimenta: "Nada temos contra a instalação do polo da biblioteca Lídia Jorge, nas Ferreiras, acho que até deveriam ser instalados vários polos nas restantes freguesias. Aquilo que chamo a atenção é o facto de podermos estar a prever, ou pelo menos, não é de todo pôr de lado, a presença desse polo durante dez anos e estamos a falar de um investimento de cento e trinta mil euros, que poderia ser canalizado para adquirir um espaço, para pôr de raiz este polo. Acho que estamos a investir um dinheiro num arrendamento, quando deveria ser feito através de uma aquisição."-----

Francisco Oliveira: "Acho que esta questão já veio à Assembleia, perguntou-se ao senhorio, o proprietário do imóvel, se pretendia vender, o senhor disse que não, que só pretende arrendar. Colocou-se outra questão, que era os armazéns que estão ao lado, ou perto da Junta de Freguesia, poderem eventualmente ser remodelados para o efeito. Pelos vistos, segundo informação que ouvi, gostaria que o senhor Presidente confirmasse, é que já há um projeto para esses armazéns que ali estão. E, eventualmente para um outro edifício, que esse é de propriedade privada, que teria que ser adquirido por parte da Câmara Municipal. Nós não temos nada contra, portanto, iremos aprovar, mas gostaria de ouvir as explicações do senhor Presidente, porque também estarmos a atrasar esta situação não é benéfico para os munícipes de Ferreiras."-----

Presidente da Câmara: "Nada obriga que seja este espaço, considerado para a extensão da biblioteca municipal. No entanto, entendemos, os serviços da Câmara e o executivo que, está bem localizado, está no centro das Ferreiras e torna-se de acesso fácil. Evidentemente que há sempre várias opções, várias possibilidades de resolver a mesma situação. O proprietário entendeu não vender o imóvel, mas não quer dizer que não venha a vender daqui a uns anos. Vamos esperar que isso possa acontecer e se nessa altura a Câmara estiver interessada em adquirir que o possa fazer. Quanto ao



espaço do armazém, é o que está para o instituto de emprego, está em vias de ser cedido, para ser utilizado pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional.”-----
 Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: uma (01) Renato Pimenta -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Bertílio Matias, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Óscar Hilário, Emilia Sousa, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Rui Gago, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Serôdio, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água e Secretário da Junta de Freguesia da Guia.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

O Presidente da Assembleia propôs a discussão em conjunto, dos pontos nove e dez e votação em separado, o que foi aprovado por unanimidade. -----

PONTO NOVE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 3.ª Revisão do Orçamento para o ano de 2019, incluindo a 3.ª alteração ao Mapa de Pessoal;-----

PONTO DEZ

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 3.ª Revisão das Grandes Opções do Plano 2019-2022; -----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros:-----

Pedro Coelho: “queria colocar duas ou três questões, relativamente ao orçamento e às GOP, podem ser em conjunto as questões. Na rede de transportes urbanos de Albufeira, há aqui um acréscimo de cento e cinquenta e cinco mil euros, a questão é, este valor, este acréscimo é para o contrato em vigor, ou é a preparação do procedimento seguinte? Sobre este aspeto, a programação, isto é, esse procedimento que se prepara, quais são as fases que teremos, qual é a calendarização do mesmo? Depois, relativamente às GOP, há uma questão relativamente a um centro interpretativo da comunidade piscatória. É uma participação financeira à associação, mas a pergunta é se é para funcionar no mesmo espaço que existe no porto



de pesca ou é para mudar de espaço? Se não poderia ser dado um espaço mais central ao centro interpretativo desta comunidade piscatória, nomeadamente no centro de Albufeira, onde era aí que vivia a comunidade piscatória. Era aí que era o berço da comunidade piscatória e da vila de Albufeira. Julgo que era interessante que existisse um centro interpretativo das artes de pesca, no centro de Albufeira. Relativamente à questão dos parques e jardins, há um reforço de valor no orçamento, a questão é se há algum parque novo que está em fase de projeto, de futura empreitada, ou se é para despesas de manutenção? Bem como na captação e distribuição de água, também há um reforço de quase quatrocentos mil euros, está na rubrica captação e distribuição de água, que normalmente é para compra de água, não sei se é para compra ou é outro projeto que está aqui incorporado?"-----

Francisco Oliveira: "Quer no orçamento, quer nas GOP, no que diz respeito ao orçamento, sabemos de antemão, que de facto não era essa a nossa opção política e que não o faríamos desta maneira. No entanto verificamos que, aquilo que foi referido há pouco, a necessidade de se fazer outsourcing, temos neste momento qualquer coisa como dezasseis a dezassete milhões de euros para outsourcings. Quando digo outsourcings é os estudos, projetos, outros trabalhos especializados, outros serviços, outras despesas correntes. Não estou a dizer que seja mal gasto, o que é facto é que estamos a fazê-lo em termos de outsourcing, portanto, um dia destes teremos uma percentagem elevadíssima de valor do orçamento para outsourcings ou para outros trabalhos especializados. Nesse sentido achamos que é preocupante. No caso das GOP verificamos que há um decréscimo no que diz respeito aos valores para o caso concreto da Aldeia da Solidariedade, verificamos que mais uma vez, espero não estar enganado ao dizer o que estou a dizer, mais uma vez estamos a atrasar aquilo que é um projeto que tem catorze, quinze anos. Eu lembro-me desde que estou na Assembleia Municipal deste projeto ser falado, portanto, é um projeto que poderia colmatar muitas das necessidades deste concelho, porque é um projeto com alguma amplitude e poderia, efetivamente, trazer algumas melhorias para a questão social deste concelho. Nesse sentido, gostaria de ouvir o senhor Presidente, relativamente, não só ao facto de ter sido reduzido esses montantes e se se destina ou não e eventualmente, o que é que estará programado para a aldeia da solidariedade, uma vez que verificamos que já houve a reversão do terreno. Portanto, já não há dificuldades relativamente a essa questão, como não estou completamente informado, agradecia essa informação."-----



Óscar Hilário: “A minha intervenção prende-se apenas com as Grandes Opções do Plano, para sublinhar, novamente, a muito fraca aposta na educação, porque ao lermos o documento vemos que apenas está explicitado a questão da participação no projeto “Nosso Chão”. Não só na educação mas também na cultura, assistimos a um fraco investimento por parte do executivo, lembrando que o auditório continua por sofrer obras de remodelação, continuamos a necessitar de uma feira do livro, por exemplo. E de outro tipo de apostas, que possam de alguma forma colocar no centro do Algarve, Albufeira, um polo dinamizador de cultura.”-----

Presidente da Câmara: “O Pedro falou da rede de transportes urbanos, há aqui um aumento porque o concurso, depois de receber algumas sugestões, foi enriquecido de alguma forma com aquele concurso que se vai lançar dentro de relativamente pouco tempo. Depois temos o centro interpretativo da comunidade piscatória é para ser feito no local da doca de pesca, onde têm os seus apetrechos de pesca e onde estão estacionados durante todo o dia, porque são visitados por muitos estrangeiros naquela zona. Os parques e jardins estão em remodelação, temos de remodelar alguns e temos prevista a aquisição de alguns terrenos para efetivação de um grande parque. Vamos lá ver isso não vai abortar. O Francisco Oliveira falou dos outsourcings, não há outra hipótese, como disse há pouco, terá de ser sempre uma opção. Os dezasseis milhões, não sei se é muito se é pouco, desde logo a recolha e higiene urbana, a questão dos transportes. A Nuclegarve neste momento ainda não está totalmente feita a reversão, uma vez que a escritura ainda não foi assinada, porque faltava a Nuclegarve acrescentar lá qualquer documentação, penso que estará mais ou menos resolvido e será marcada quando o notário, Dr.º Marco assim a marcar, eu estarei disponível, com certeza e acho que a Nuclegarve também. Obviamente, que este ano, caso a escritura seja assinada, a Câmara iniciará o processo de concurso. A Câmara é que vai construir o lar e centro de dia, a colaboração da Nuclegarve aqui é o fornecimento do projeto, que foi mandado fazer através da própria associação. Esperamos que ainda este ano se lance a primeira pedra, é essa a nossa intenção.”-----

Pedro Coelho: “Queria pedir o esclarecimento quanto à questão dos trezentos e noventa e dois mil de captação e distribuição de água, o que é que é esta rubrica, de acréscimo no orçamento? O que está aqui incorporado?”-----



Vereadora Cláudia Guedelha: "Boa noite, não tenho certeza, contudo vou me certificar. Penso que, por vezes pode ser algum valor acrescentado para pagar às Águas do Algarve, alguma necessidade. Penso eu."-----

Pedro Coelho: "Se for isso é um valor muito alto, quatrocentos mil euros em água, é um valor significativo. Mas vamos aguardar o esclarecimento."-----

Francisco Oliveira: "No fundo manifestar que, com base nestas reticências que temos, relativamente ao orçamento em termos gerais e a estas alterações e por não querermos, e aqui queremos deixar bem claro, deixar que estas propostas que o executivo venha a fazer, possam eventualmente não ser postas em prática, o nosso voto vai ser a abstenção."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou os pontos a votação.-----

VOTAÇÃO PONTO NOVE:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: catorze (14) Francisco Oliveira, Bertílio Matias, Ana Ramos, Fernando Cabrita, Pedro Coelho, Óscar Hilário, Emilia Sousa, Renato Pimenta, Leonardo Paço, Vera Belchior, Roberto Raposo, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Secretário da Junta de Freguesia da Guia. -----

Votos a favor: onze (11) Paulo Freitas, Eugénia Baptista, João Silva, Adriano Ferrão, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Francisco Guerreiro, Rui Gago, Gaspar Meirinho, Rui Serôdio, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

VOTAÇÃO PONTO DEZ:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: catorze (14) Francisco Oliveira, Bertílio Matias, Ana Ramos, Fernando Cabrita, Pedro Coelho, Óscar Hilário, Emilia Sousa, Renato Pimenta, Leonardo Paço, Vera Belchior, Roberto Raposo, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Secretário da Junta de Freguesia da Guia. -----

Votos a favor: onze (11) Paulo Freitas, Eugénia Baptista, João Silva, Adriano Ferrão, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Francisco Guerreiro, Rui Gago, Gaspar Meirinho, Rui Serôdio, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----



PONTO ONZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da revogação do Regulamento da Taxa Municipal de Proteção Civil do município de Albufeira; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Francisco Oliveira: "Relativamente a este ponto, gostaria de ler a declaração que vem da proposta, e tenho que ter, perdoem o termo, um pouco colosso, mas quem fez esta proposta e esta declaração realmente tem um sentido criativo enorme. Porque vem dizer que a Câmara Municipal que não concede que o seu regulamento, e dizendo, salvo melhor opinião, possa eventualmente ser chumbado pelo Tribunal Constitucional, vem aqui, muito levemente dizer, estamos em posição de reduzir impostos. Este assunto já foi levantado em dois mil e onze ou dois mil e doze, na altura, levantou-se a questão do problema não só da revogação mas da possibilidade, como aconteceu em Lisboa e noutros municípios, de haver a reversão ou o reembolso dos munícipes, face à taxa municipal, uma vez que era considerada inconstitucional. Portanto, por aqui a questão de, bem a nossa não será inconstitucional, mas até temos boa vontade e vamos reduzir impostos. Só alertava para que esta questão tinha já sido colocada e com, eventualmente o risco de algum munícipe pretender avançar com ação e ser efetivamente declarada inconstitucional e de vir o reembolso por parte da Câmara Municipal. Mas regozijamos pelo facto de mais tarde do que nunca, de vir a ser efetivamente revogada esta taxa e este regulamento."-----

Óscar Hilário: "Obviamente que nós também nos regozijamos e congratulamo-nos com esta medida, que só peca por tardia. E complementando a questão do Francisco, se não só o município vai ressarcir os munícipes dos valores cobrados, mas também se serão pagos à semelhança do município de Setúbal, Lisboa, dos juros indemnizatórios?"-----

Presidente da Câmara: "Agradeço o vosso regozijo neste ponto, informar que não está aqui previsto devolução dos dinheiros atrasados, é apenas suspensão. Sendo apenas suspensão, não temos isso previsto. A Câmara de Setúbal e Lisboa foi o tribunal que assim o ordenou. Neste momento não temos nada em tribunal, foi uma opção, tendo em conta que há esses ruídos, há municípios que ainda mantêm a cobrança da taxa, inclusivamente no Algarve, penso eu. Mas não está aqui prevista essa devolução. Caso tenha que vir a acontecer, terá que acontecer. Evidentemente que, com as devidas



regras das devoluções do dinheiro e com os juros compensatórios daquilo que se pagou."-----

Adriano Ferrão: "Boa noite, quando vejo esta notícia, sinceramente não senti, por parte da população alguma oposição a que esta verba fosse colocada e que, na altura, temos de recuar alguns anos, estávamos numa profunda crise e sabemos a salvaguarda que temos que fazer a instituições, como os Bombeiros Voluntários de Albufeira e nessa altura havia graves carências nesta instituição, o que afetava diretamente a Proteção Civil. Quando apareceram estas verbas pensaram-se em vários valores, mais tarde veio a ser colocado este valor que está aqui em questão e a população aderiu, mesmo em tempo de crise, sem sentir um grande peso e alguma queixa quanto a isso. Porque se percebia bem a necessidade de que os bombeiros pudessem continuar a funcionar e pudessem garantir, com objetividade os fins a que se destinava a própria Proteção Civil. Talvez o mais forte contributo na Proteção Civil, se não me engano, mas é a minha opinião. De qualquer modo, foi considerado inconstitucional, é agora retirado, não vejo porquê, as pessoas não se queixaram até aqui e agora colocarem ações no sentido de virem buscar aquela pequena verba com que agraciaram os bombeiros da terra e ainda por cima juros indemnizatórios, o que me parece um excesso."-----

Francisco Oliveira: "Só tenho uma palavra para isto, o senhor deputado Adriano Ferrão defende que se possam lançar taxas que sejam ilegais. Com isto me vou."-----

Adriano Ferrão: "Diria que o senhor deputado é muito rápido a interpretar e a tirar conclusões precipitadas. Eu não disse nada daquilo que o senhor mencionou. Eu, simplesmente emiti uma opinião e tenho direito a emiti-la."-----

Francisco Oliveira: "É simples, o que o senhor deputado acabou de dizer foi que a população não se queixou portanto está tudo bem. Portanto não vê que as pessoas possam, eventualmente, pedir o reembolso daquilo que contribuíram e que, eventualmente, possa ser declarado ilegal."-----

Adriano Ferrão: "Deixemo-nos das fintas que o direito lhe dá traquejo, comigo não pegam. Aquilo que me parece e que é a minha opinião é que, realmente este concelho conseguiu superar uma grave dificuldade, enfim, declarou-se inconstitucionalidade, assim é a lei, e assim será porque estamos num estado de direito. Mas, na minha opinião, a população de Albufeira portou-se muito bem com a instituição que estou a falar e a instituição garantiu, no fim de contas, a segurança que a comunidade necessita."-----



Roberto Raposo: "Sendo que agora é revogada e esta era uma verba importante para os bombeiros, se vai ser criada outra? Porque eu não me importo de continuar a pagar, desde que seja legal. Mas se vai ser criada outra maneira de se financiar os bombeiros? Que é importante, sendo que esta vai terminar, onde é que se vai buscar outra verba."-----

Presidente da Assembleia: "Isso é fácil, fazendo-se sócio dos bombeiros, pagando doze euros por mês, ou por ano. Temos os doze euros que cada um contribui para os bombeiros municipais. Faço o apelo público a que se façam sócios dos Bombeiros Voluntários de Albufeira, pagando uma quota anual de doze euros, no mínimo."-----

Presidente da Câmara: "Com certeza que se não for esta taxa e se entretanto o orçamento geral de estado não vier novamente a considera-la para efeitos, o ano passado teve quase em vias de isto ficar devidamente regularizado, não se sabe se o próximo orçamento vai ter ou não, no entanto, com certeza que será um dever, uma obrigação, se calhar, dos órgãos municipais continuarem a apoiar os Bombeiros Voluntários. Não será com este dinheiro, será com outro, o dinheiro é cego, não se sabe a proveniência mas ele existe, de uma forma genérica. Enquanto este era devidamente canalizado para aquele efeito, o outro dinheiro não é canalizado para efeito direto nenhum. Mas o que o Presidente Paulo Freitas disse é verdade, podem-se fazer sócios com um mínimo de doze euros."-----

Presidente da Assembleia: Ainda dá direito a desconto no IRS, como donativo."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Bertílio Matias, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Óscar Hilário, Emilia Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Rui Gago, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Serôdio, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água e Secretário da Junta de Freguesia da Guia.--
A proposta foi aprovada por unanimidade.-----



O Presidente da Assembleia propôs a discussão em conjunto, dos pontos doze e treze e votação em separado, o que foi aprovado por unanimidade. -----

PONTO DOZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da não transferência de competências para a autarquia, no ano de 2019, na área do Transporte de Passageiros em Vias Navegáveis Interiores; -----

PONTO TREZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da não transferência de competências para a autarquia no ano de 2020 as seguintes áreas: Exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo; Estruturas de atendimento ao cidadão; Habitação; Estacionamento Público; Proteção e saúde animal e de segurança de alimentos; Educação; Cultura; Saúde; Transporte de passageiros em vias navegáveis interiores; -----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Francisco Oliveira: "A ideia relativamente às delegações de competências é que o programa do PS, o programa autárquico que defendemos é que realmente deveria haver a delegação de competências. Sempre entendemos que os valores gastos pelo município e pelas juntas de freguesia são sem dúvida alguma mais bem canalizados do que aqueles feitos pelo Governo Central. Existindo, com certeza, alguns ajustes, existindo, com certeza, alguma necessidade de envelopes financeiros, penso que já estão mais ou menos determinados, entendemos que realmente seria importante começar a ter estas competências. Muitas vezes, por uma razão muito simples, porque os próprios municípios também se queixam das dificuldades que têm, muitas vezes com o contacto com o Governo Central para a resolução de diversas questões e diversos problemas. É nesse sentido entendíamos que o deveríamos fazer o mais rapidamente possível, ou ter aqui uma definição de projeto, programa, que é algo que efetivamente não vemos. Nesse sentido, o nosso voto vai, na forma como deveríamos assumir estas responsabilidades o mais rapidamente possível." -----

Adriano Ferrão: "Tendo em conta os dois pontos da ordem de trabalho, o ponto de princípio é que não conhecemos ainda a cabimentação destas transferências, estamos á espera de as conhecer e saber se elas são adequadas a uma transferência deste volume, transferência de competências em múltiplas áreas. Depois, relembrar as



palavras que já foram aqui ditas pelo senhor Presidente, de que as autarquias necessitam de tempo para se prepararem para admitir estas competências, porque nem recursos humanos, nem os recursos materiais ainda não existem. Deverá haver uma preparação, formação de pessoal, etc., para que se consiga depois colocar isto em vias de facto. Sabemos todos bem que, temos uma obrigação de em dois mil e vinte e um assumir estas competências. Algumas delas deixam-me bastante preocupado, principalmente estas da educação, porque a mim parece-me que irá criar graves assimetrias no país, entre o interior e o litoral, entre as câmaras mais ricas e as câmaras mais pobres, fazendo com que os alunos, no fim de contas, possam beneficiar ou não de meios que os mais ricos e os do litoral terão que os do interior e menos ricos não terão. Essa é uma das preocupações, nas outras áreas poderia falar de outras tantas preocupações."-----

Francisco Oliveira: "Compreendo o que refere, relativamente ao interior, mas isso é um problema que nós temos em Portugal, não é só relativamente à educação. Temos o problema do interior e o problema do litoral, portanto, por aí, tentar desenvolver políticas no sentido de aproximar uma e outra. Mas isso é um problema transversal, a todas as áreas. Se não houver desconcentração, se não houver este tipo de delegação de competências, dificilmente conseguiremos lá chegar. Quero acrescentar uma coisa, quanto ao envelope financeiro é uma questão de fazer contas, porque as fórmulas já existem. Portanto, existindo as formas a possibilidade de poder, desde já, receber esses montantes é possível, portanto, o envelope financeiro está determinado. Acredito que, efetivamente, possam querer mais tempo, mas acho que seria vantajoso assumir e avançar com a assunção de competências."-----

Adriano Ferrão: "Senhor deputado, eu gostaria muito de conhecer qual é o resultado dessas fórmulas e quais são os montantes. Mas se o senhor deputado já fez as contas, eu agradecia que se pronunciasse e nos dissesse, porque se calhar, não sou assim tão bom em matemática e não consigo lá chegar. De modo que gostava de saber objetivamente saber quanto, para ter mais ou menos uma ideia da sua adaptabilidade às questões que este concelho depois terá que enfrentar."-----

Francisco Oliveira: "Também fui para direito e também tenho alguma dificuldade na matemática, mas eu mando-lhe isso. Não tenho presente, mas mando e o senhor deputado terá essa informação para poder depois descortinar."-----



Presidente da Câmara: "Peço que esqueçam a emoção e pensem um pouco na razão, isto não é dramático, em dois mil e vinte e um todos os municípios terão obrigatoriamente que receber, à força, independentemente das condições em que estejam, as competências que lhe vão ser delegadas nestas áreas. Não é pela questão de um ano que haverá grande mal. Se é um princípio, que os membros do PS entendem, que terão de ser transferidas todas as competências já, peço que pensem um pouco na razão e não na emoção de serem os meninos mais bem comportados da turma. É preciso algum cuidado, porque acho que o município não está preparado, quer nas questões dos espaços, quer nas questões de recursos humanos e materiais, para que possa ter em bom tempo estas transferências já. É só o que peço, independentemente da decisão da Assembleia Municipal, que será soberana."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou os pontos a votação.-----

VOTAÇÃO PONTO DOZE:-----

Votos contra: onze (11) Francisco Oliveira, Bertílio Matias, Ana Ramos, Fernando Cabrita, Pedro Coelho, Emilia Sousa, Leonardo Paço, Roberto Raposo, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Secretário da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

Abstenções: uma (01) Vera Belchior.-----

Votos a favor: treze (13) Paulo Freitas, Eugénia Baptista, João Silva, Adriano Ferrão, Ana Cristina Oliveira, Vitor Vieira, Óscar Hilário, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Rui Gago, Gaspar Meirinho, Rui Bernardo e Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

VOTAÇÃO PONTO TREZE:-----

Votos contra: onze (11) Francisco Oliveira, Bertílio Matias, Ana Ramos, Fernando Cabrita, Pedro Coelho, Emilia Sousa, Leonardo Paço, Roberto Raposo, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Secretário da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

Abstenções: uma (01) Vera Belchior.-----

Votos a favor: treze (13) Paulo Freitas, Eugénia Baptista, João Silva, Adriano Ferrão, Ana Cristina Oliveira, Vitor Vieira, Óscar Hilário, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Rui Gago, Gaspar Meirinho, Rui Bernardo e Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----



Presidente da Câmara: "Só um pequeno pormenor, caso fosse aprovada a transferência da competência de transporte de passageiros em vias navegáveis interiores, sinceramente, não sei o que isso significa para o concelho de Albufeira. Nem sei se estamos em condições de as receber em dois mil e vinte e um."-----

PONTO CATORZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da participação como investidor social no projeto "O Nosso Chão", no âmbito do aviso ALG-34-2019-02 - Programa de parcerias para o impacto; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram uso da palavra os membros: -----

Renato Pimenta: "Eu percebi que isto é um projeto que se chama "O Nosso Chão", e serve para um programa de parcerias para o impacto. Exatamente o que é que é isto? É que eu não percebo."-----

Presidente da Câmara: "Este projeto chama-se "O Nosso Chão", que quer dizer o nosso território, onde os alunos estão inseridos, o chão onde eles pisam. A Associação é o rés-do-chão. Isto é uma associação que entendeu colocar este desafio e ser promotora de uma candidatura, com esta referência, aos fundos europeus, para os concelhos de São Brás de Alportel, Loulé e Albufeira. É uma candidatura conjunta, dos três concelhos, embora as atividades que esta própria associação irá desenvolver em cada concelho, obviamente que é diferenciada de concelho para concelho. Temos aqui previsto o número de turmas, salvo erro, oitenta e três turmas do segundo e terceiro ciclo do ensino básico, nas nossas escolas do concelho de Albufeira. Caso a candidatura venha a ser aprovada, e o que está aqui em causa, para aprovação desta Assembleia é o fracionamento dos pagamentos plurianualmente. Isto é, pagamento, salvo erro, de dezassete mil euros por ano, em três anos, após a aprovação da candidatura. Isto consiste numa espécie de jogo interativo, em que os alunos vão percebendo questões de educação cívica, entendimento do território, uma série de coisas, no sentido de uma ferramenta ajudar e complementar, na sala de aula, em conjugação com os professores e nunca contra aquilo que é a direção da escola."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou a votação a retirada do ponto.-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----



Votos a favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Bertílio Matias, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Óscar Hilário, Emilia Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Rui Gago, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Serôdio, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água e Secretário da Junta de Freguesia da Guia.--
A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO QUINZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da desafetação de espaço do domínio público para o domínio privado, na zona da corcovada, Areias de São João - Proc. 267/77; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram uso da palavra os membros: -----

Francisco Oliveira: "Este espaço que vejo aqui é um espaço de caminhos, acho eu, portanto, não tem nada a ver com zonas edificantes ou quer seja?"-----

Renato Pimenta: "Tentei fazer a consulta dos dossiers e aquilo que me deu a entender é que, para além dos caminhos, existiriam dois lotes, um em baixo outro em cima. Não? São só os caminhos que estão dentro do empreendimento, mais nada?"-----

Óscar Hilário: "São esses caminhos que perfazem os tais oitocentos e cinquenta e seis metros quadrados?"-----

Presidente da Câmara: "Há uma transposição do direito público para privado, mas não deixa de haver o devido pagamento, a compensação financeira. Isto no fundo, não vem acrescentar nada ou diminuir nada, a Câmara nunca lá fez intervenção nenhuma nesses caminhos que estão entre os lotes, acho que o objetivo deles é, que são quatro lotes e transformar num único lote, ficando tudo inserido num resort privado. A Câmara nunca fez manutenção, limpeza também nunca fez, nunca lá foi dentro cortar nada, isto sempre foi considerado privado, portanto penso que não há problema maior. São os tais oitocentos e cinquenta metros quadrados."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou a votação a retirada do ponto.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----



Abstencões: quatro (04) Óscar Hilário, Renato Pimenta, Leonardo Paço e Vera Belchior. -----

Votos a favor: vinte e um (21) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Bertílio Matias, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Emilia Sousa, Francisco Guerreiro, Rui Gago, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Serôdio, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água e Secretário da Junta de Freguesia da Guia.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

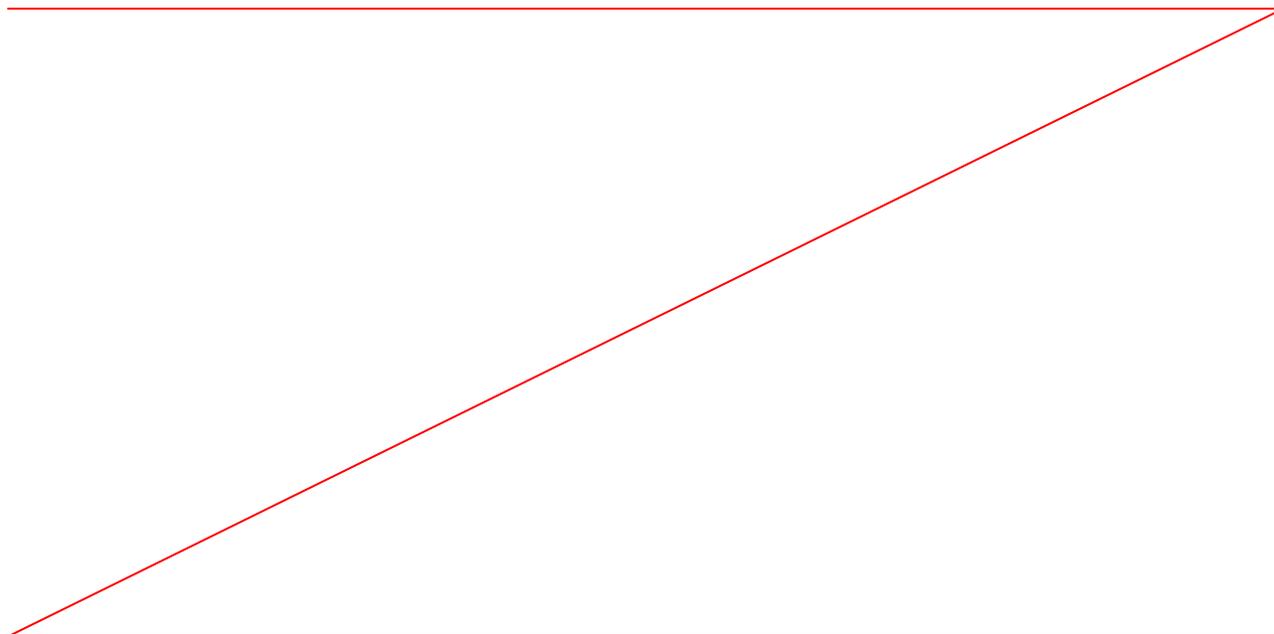
Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 24:00 horas, de que foi lavrada ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 26 de Junho de 2019 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

A PRIMEIRA SECRETÁRIA _____

A SEGUNDA SECRETÁRIA _____





Doc. n.º 1

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Albufeira,
 Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Albufeira,
 Exmos. Senhores Vereadores e Deputados Municipais,
 Exmo. Público presente,

26/6/2019
 A.
 Interesses de
 Dora Isabel
 Dora Encarnação

O meu nome é Dora Encarnação e resido com o meu marido e os meus filhos menores no Sítio de Barrancos, na Guia, numa moradia para a qual foi emitido pela Câmara o Alvará de Utilização nº 239/2006, em 8 de Agosto de 2006.

O Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé, na ação nº 846/09.4 BELLE intentada pelo Ministério Público contra o Município de Albufeira veio a declarar NULO esse Alvará, por violação do PDM de Albufeira, tendo ordenado à Câmara a cassação do mesmo, bem como a demolição de todo o edificado, para reposição do solo na situação anterior à realização das obras.

Sobre a decisão do tribunal eu e o meu marido, na qualidade de contrainteressados, interpusemos vários recursos, o último dos quais para o Tribunal Constitucional, cuja decisão recebemos ontem, mantendo-se a decisão do Tribunal de Loulé sempre inalterada.

Temos pois em mãos um Tribunal que ordena ao Município de Albufeira a demolição da nossa casa, onde moramos há cerca de 14 anos. Uma casa onde investimos todo o dinheiro que tínhamos e o que não tínhamos e que pedimos emprestado ao banco e ainda estamos a pagar.

Esgotamos todos os recursos possíveis e estamos em pânico. Tudo por causa de erros cometidos pela Câmara Municipal de Albufeira, ao aprovar o licenciamento da nossa moradia que, segundo o tribunal, viola a lei.

Face ao exposto, pretendemos que a Câmara Municipal de Albufeira nos dê respostas às seguintes perguntas:

1. Se é intenção da Câmara Municipal de Albufeira cumprir com a decisão judicial. Se sim, quando é que o pretendem fazer e com quanto tempo de antecedência nos vão informar da demolição da nossa moradia.
2. Se é intenção da Câmara Municipal de Albufeira proceder ao realojamento da nossa família. Se sim, quando e onde.
3. Se a Câmara Municipal de Albufeira já equacionou alguns montantes indemnizatórios. Se sim, quais, se não, se o pretende fazer e quando.

Eu e o meu marido vamos ficar à espera da resposta a estas perguntas nos próximos 20 dias. Na ausência das mesmas, daremos instruções ao nosso advogado para intentar a competente ação judicial contra o Município de Albufeira, para ressarcimento de todos os danos causados.

Albufeira, 26 de Junho de 2019,

Dora Isabel Grade Nascimento Encarnação

(Dora Isabel Grade Nascimento Encarnação)